

POLÍTICA PAULISTA, DISTRIBUIÇÃO DE BASES ELEITORAIS

E O DECLÍNIO DO PMDB

Profa. Dra. Rachel Meneguello

Depto de Ciência Política IFCH / UNICAMP

Fernando Augusto Bizarro Neto

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política IFCH / UNICAMP - Mestrado

35º Encontro Anual da Anpocs

Caxambu, outubro de 2011

GT25 Partidos e Sistemas Partidários

Paper **1868-1**

I. Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as transformações da política local e das bases eleitorais dos partidos em São Paulo no período democrático pós-1985, sob o cenário do multipartidarismo fragmentado que se organizou no país a partir da flexibilização das regras para a formação de novos partidos.

Este trabalho faz parte de um estudo em desenvolvimento, voltado para compreender as transformações das bases eleitorais dos partidos em São Paulo em um período mais amplo, que abrange, além do período aqui abordado, a segunda metade do bipartidarismo (1974-1979), marcada pelo início do processo de abertura política e pelo realinhamento eleitoral ocorrido nas eleições de 1974 e o sistema multipartidário limitado estabelecido após a reorganização dos partidos ainda sob o regime militar (1979-1985). Neste texto, o foco limita-se ao período democrático e procura desenvolver dois argumentos. O primeiro funda-se no enfoque da geografia eleitoral para identificar as bases locais e a movimentação eleitoral dos partidos no Estado de São Paulo a partir dos resultados oficiais municipais das eleições locais e estaduais. Nessa direção, o objetivo é analisar sobretudo os possíveis efeitos das mudanças estruturais observadas no estado nesse período de aproximadamente 30 anos, em específico nos municípios do interior, sobre a movimentação eleitoral e a competição partidária.

Sabemos que o comportamento político e o voto respondem a uma dinâmica ampla e combinada de fatores objetivos e subjetivos, e variam entre indivíduos inseridos em diferentes processos de socialização; mas sabemos igualmente que fatores geográficos e estruturais estabelecem cenários que favorecem a constituição de orientações políticas específicas, e associam-se, em alguma medida, a formas locais de organização política. Assim, a análise vai em busca de algumas explicações para as diferentes tendências de desenvolvimento eleitoral da política paulista à luz da combinação entre fatores estruturais socioeconômicos e o fator espacial, que sugere a importância da proximidade com pólos de difusão política na definição do voto.

Desde o trabalho de Simão (1956) sobre o voto operário na periferia paulistana, passando pelos trabalhos sobre a dinâmica eleitoral durante o bipartidarismo e o apoio dos maiores

municípios do Estado ao MDB (Lamounier, 1978; 1980; Faria, 1978; Meneguello e Alves, 1986; Kerbauy, 2000), o processo de urbanização e seu impacto sobre as práticas políticas é uma clivagem é fundamental para entender os padrões de apoio eleitoral aos partidos em São Paulo (assim como no país em geral, como apontam Reis e Castro, 1992; Avelar e Walter, 2008). Segundo os vários autores, municípios maiores nos quais as práticas políticas tradicionais perderam espaço para práticas modernas implicadas pelo processo de urbanização apresentavam padrões diferenciados de votação quando comparados aos municípios menores e de população menos urbanizada.

No decorrer desse período, sabemos que as eleições de 1982 não alteraram o quadro de preferências marcado pela concentração do voto conservador nos menores municípios paulistas, nos quais a presença da ARENA/PDS era dominante, assim como não alterou a concentração nos maiores municípios da presença do voto de oposição ao regime militar MDB/PMDB. Com o ingresso dos novos partidos a partir da reforma de 1979, o voto oposicionista distribuiu-se por outros canais (PT, PDT, PTB), mas o contexto político marcado pela clivagem entre o urbano e o rural, entre municípios pouco e muito urbanizados, ainda marca o estado até o início da democratização (Meneguello, 1989; Gonçalves, 1998).

É, contudo, a partir das eleições de 1986 que os padrões de votação dos partidos em São Paulo passam a diferir das tendências encontradas nas eleições anteriores. Desde o processo de “interiorização” do PMDB (Sadek, 1986) a partir da vitória de Orestes Quécia na disputa para o governo do Estado em 1986, até o forte declínio eleitoral do partido no período 1990-2010 significativas transformações marcaram o sistema partidário paulista e suas bases eleitorais.

Tais transformações relacionam-se ao segundo argumento desse trabalho, para o qual o sistema paulista organizou-se no período, sobretudo a partir de 1994, segundo dois vetores: a) a organização da política nacional, levando a que já no início da década de 2000 os pólos políticos do estado resultassem da partilha entre PSDB e PT. Os dois partidos que lideram a política nacional no período pós-1994 (Melo, 2007; Meneguello, 2010; Limongi & Cortez, 2010) têm em São Paulo parte significativa de suas bases eleitorais e organizativas e, com isso, têm sido capazes de protagonizar também as principais disputas políticas no Estado – especialmente após o enfraquecimento definitivo do malufismo – e exercer efeito estruturante sobre a política paulista semelhante ao que tem ocorrido nas eleições nacionais, e

b) um notável aumento da competitividade, possibilitado pelo amplo terreno político que o estado oferece (6270 vereadores, 645 prefeitos, 94 deputados estaduais e 70 deputados federais), e pelo rearranjo das elites políticas, traduzido no expressivo número de médias e

pequenas legendas que encontram espaço para acomodação de interesses_novos e antigos (Braga e Kinzo, 2007). Tal aumento da competitividade ajuda a compreender a trajetória francamente descendente do PMDB¹, que teve sua bases locais expressivas herdadas do período bipartidário redirecionadas a múltiplos competidores, seja por conta das transformações no âmbito das preferências eleitorais, seja por conta do processo regular de reacomodação das elites frente à ampliação do quadro de ofertas. O partido que predominou sobre a política paulista a partir de 1974, concentrando o voto oposicionista que marcou a pressão eleitoral na abertura política, elegeu por três vezes o governador estadual entre 1982 e 1990 (Franco Montoro em 82, Orestes Quércia em 86 e Luiz Antônio Fleury Filho em 90), assim como a maioria dos Senadores, Deputados e Prefeitos do Estado no período, enfrentou um significativo declínio eleitoral desde os primeiros anos da década de 1990. O claro declínio culminou nas eleições de 2010, quando o partido elegeu apenas 1 Deputado Federal e 4 Deputados Estaduais, não lançou candidato para o Governo Estadual e sua principal liderança, Quércia, lançado ao Senado, abriu mão da candidatura por motivos de doença que o levou à morte dois meses após as eleições. Nesse sentido, a caracterização das bases eleitorais do PMDB nas décadas de 1990 e 2000, e a análise da ocupação dos seus espaços políticos pelas demais agremiações são elementos centrais para a compreensão dos vetores da competição político-partidária no estado.

O texto segue o seguinte caminho. Na seção II apresentamos o cenário partidário paulista entre 1986-2010, enfocando sobretudo as características da competição que se estabelece no período e a reacomodação de elites. Em seguida, na seção III apresentamos os supostos da análise contextual e socioeconômica que orienta o estudo dos dados eleitorais, o qual está subdividido em três enfoques, a análise das votações segundo fatores socioeconômicos, segundo o grau de consolidação do voto, e segundo a sua distribuição espacial. Na análise da distribuição espacial do voto damos especial atenção ao PMDB, procurando mostrar aspectos de sua trajetória declinante no estado.

II. O terreno político paulista e a trajetória do sistema partidário

Nosso estudo foi arbitrário ao selecionar cargos e níveis de eleição para analisar. O volume de dados não permitiu que nesse artigo pudéssemos investigar todas as variações de tendências eleitorais. Selecionamos as eleições para prefeito, deputado estadual e para governador entre

¹ Pesquisa de dissertação de mestrado em andamento de Fernando Bizarro Neto: "PMDB: Organização e Desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)", Programa de Ciência Política, UNICAMP.

1990 e 2010. Acompanhamos a ideia de que os sistemas eleitorais majoritário e proporcional produzem dinâmicas de escolha distintas. Assim, entendemos que os elementos que implicam as escolhas aos cargos de prefeito e governador, e ao cargo de deputado estadual no âmbito legislativo, cobrem um terreno variado de práticas políticas, imagens e vinculações partidárias capazes de fornecer respostas às nossas indagações sobre o curso das preferências partidárias no estado no período.

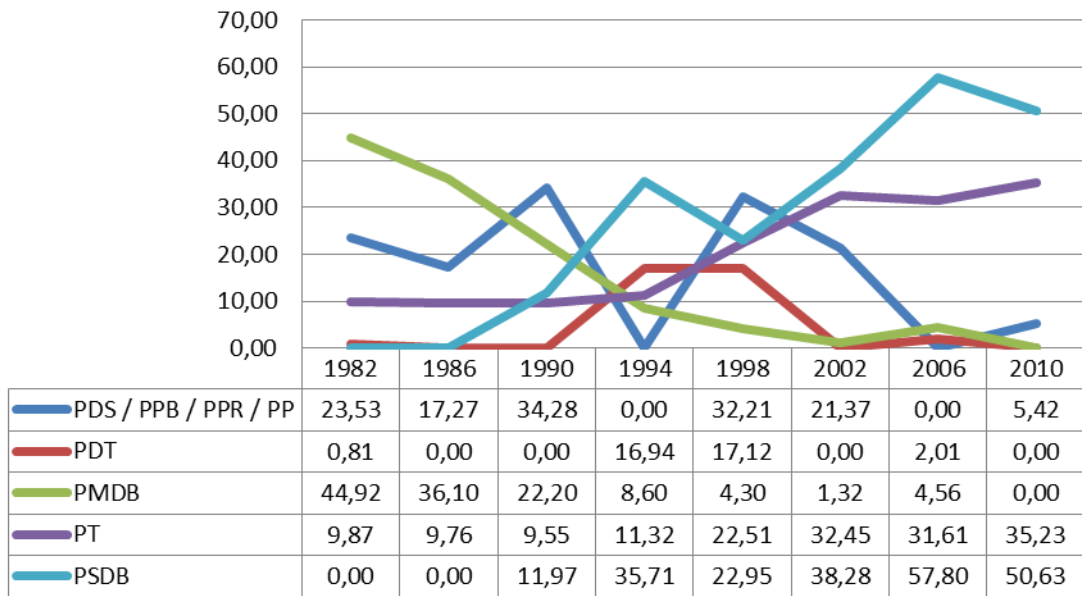
A caracterização do sistema partidário paulista e de sua dinâmica de funcionamento desde o início da democratização está já feita em vários trabalhos que acompanham a tese de que a implantação do multipartidarismo no país estabeleceu-se sob o formato específico das políticas estaduais e deu certa continuidade às distinções dos subsistemas presentes no período anterior ao interregno do bipartidarismo (Lima Jr, 1993). No caso paulista, o sistema partidário seguiu o curso esperado, pluralista, polarizado e moderado, em um modelo em que o amplo terreno político de múltiplas legendas se desenvolve com base no equilíbrio de pouco partidos efetivos e blocos ideológicos delimitados (Lima Jr, 1993; Figueiredo e Jorge, 1997; Braga e Kinzo, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008).

Uma análise da dinâmica do sistema partidário paulista iniciado em 1986 aponta dois principais períodos de organização da política no estado: no primeiro, entre 1986 e 1994, três pólos organizam a dinâmica do sistema, encabeçados pelo PMDB, pelo malufismo acolhido no PDS/PPB/PPR/PP e pelo PT que, de forma crescente, encabeçou as preferências à esquerda do bloco opositor ao governo estadual. A partir de 1994, as transformações observadas no nível nacional refletem com força no cenário estadual, aprofundam as bases de consolidação do peesedebismo, mas adquirem coloração própria e conformam a partilha política entre PSDB e PT no estado.

Assim, os dados mostram claramente a ocupação do terreno de preferência pemedebista pelo voto no PSDB e no PT a partir de 1998, sobretudo, e com ênfase para a eleição majoritária para o governo do estado. Para o PDS, o declínio já é observado desde o início da democratização, seja pela divisão de espaço com o PFL sobretudo no nível local, seja pela força de competição dos demais partidos (Gráficos 1 e 2).

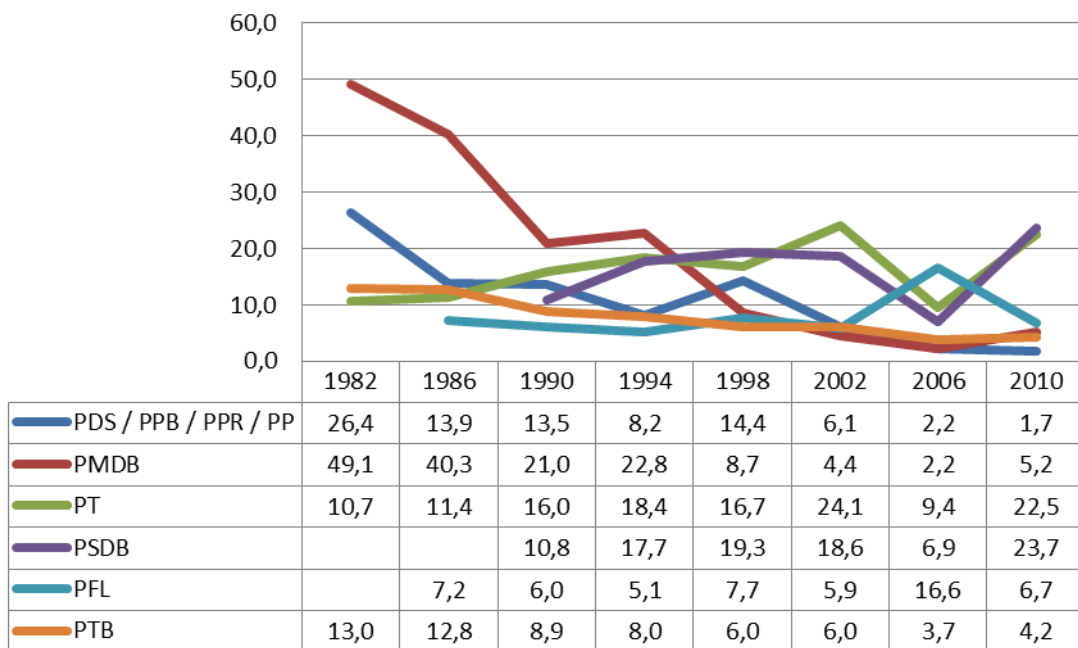
Ao nível local, os dados mostram que apesar da queda do domínio pemedebista nas prefeituras do interior já desde 1992, em detrimento do avanço do PSDB no estado, o PMDB mantém-se como segunda força estadual até a eleição de 2004, concorrendo claramente com o avanço do PFL/DEM, e apenas em 2008 cai para a terceira posição (Gráfico 3).

Gráfico 1. Votação Governador % 1982-2010



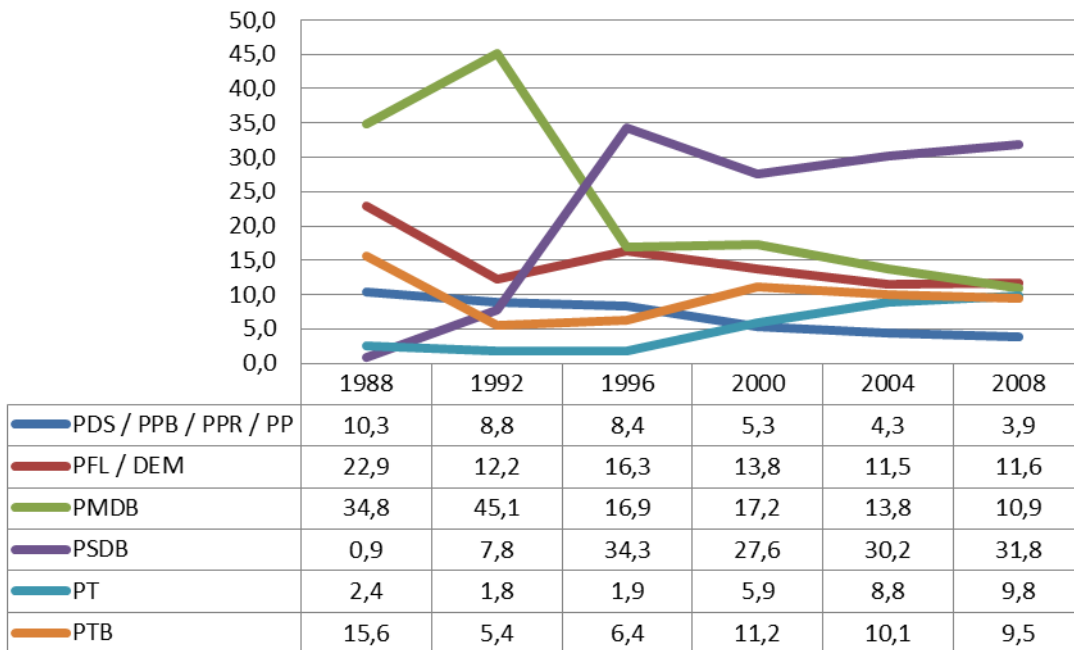
Fonte: TSE; TRE-SP; Fundação SEADE

Gráfico 2. Votação Dep. Estadual por partido % (1982-2010)



Fonte: TSE; TRE-SP; Fundação SEADE

Gráfico 3. Prefeitos eleitos por partido (1988-2008)



Fonte: TSE; TRE-SP; Fundação SEADE

O aumento da competitividade eleitoral é um ponto a destacar. Os dados mostram que, no decorrer do período, o quadro paulista traduziu em boa parte as mudanças do sistema nacional a partir de 1990 na mesma direção que a maioria dos estados _ a concentração de forças nas eleições majoritárias e a fragmentação partidária nas eleições proporcionais (Braga e Kinzo, 2007) _ mas no segundo caso com uma intensidade muito maior em São Paulo. O aumento em dobro do número de partidos parlamentares, de 7 em 1986, a 15 em 2010, e os altos índices de volatilidade eleitoral em todos os anos desde 1994, muito acima dos indicadores nacionais para a Câmara de Deputados², ilustram a especificidade do quadro paulista a que chamamos atenção (Tabela 1).

Mesmo para as eleições majoritárias para o governo estadual, a tradução do duelo PSDB/PT que passou a organizar a política nacional desde 1994 só tem sua tradução local a partir de 2002 quando, inclusive, os dois grupos passam a concentrar mais de 2/3 das votações no primeiro turno eleitoral, em cenários de candidaturas numerosas, 15 em 2002 e 16 em 2006, bem acima dos quadros de candidaturas nacionais nesses pleitos (6 candidaturas, em 2002 e em 2006, ver Meneguello, 2011, p.455) [Tabela 2].

² Os índices de volatilidade para a Câmara de Deputados: entre 1998/94, 14,5; 2002/98, 15,2; 2006/02, 10,2 e 2010/06, 9,9 (Meneguello, 2011, p.465)

Ainda sob o prisma da competição estadual, cabe notar que até 1994 o quadro partidário paulista traduziu-se de forma moderada, embora já no início da reorganização do sistema no período, nas eleições para a prefeitura de 1988, 25 partidos já estavam em alguma medida estabelecidos no estado e lançaram candidatos municipais, evidentemente com variações de organização entre as legendas. Entre 1998 e 2006 vemos uma explosão de candidaturas majoritárias que provável e predominantemente respondeu a estratégias de organização local mas que, de todo modo, claramente cedeu à dinâmica de coligações em 2010.

Tabela 1. Indicadores de competição política – Legislativo estadual

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Número médio de candidatos	5,8	10,1	*	8,5	13,5	15,4	16,2	19,0
Índice de competitividade	1,9	4,0	*	3,3	5,7	6,7	7,1	9,5
Número Efetivo de Partidos	2,9	3,8	7,3	6,9	8,3	8	6,9	6,5
Número de Partidos Parlamentares	4	7	13	14	14	16	14	15
Fracionalização	0,65	0,74	0,86	0,86	0,88	0,88	0,86	0,84
Volatilidade		21,5	29,7	19,3	22,7	21,7	23,2	21,4

*Não há dados confiáveis

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de www.ucam.edu.br/leex/; TSE; TRE-SP e Fundação SEADE.

Tabela 2. Partidos e coalizões que disputaram o governo paulista (1986-2010)

1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PMDB	PMDB	PSDB	PPB/PSL/PST/PL/ PFL / PRN	PSDB/ PFL / PSD	PSDB/PTB/PPS/ PFL	PSDB/PMDB/PSC/ PPS/DEM/PHS/ PMN
PTB	PDS	PDT	PSDB /PTB / PSD	PT / PCB / PCdoB	PT/PRB/PL/ PCdoB	PT /PRB / PDT /PTN / PR/PSDC/PRTB/PRP / PCdoB /PTdoB
PDS	PSDB	PT	PT/PCB/PPS/PMN/PCdoB	PPB/PTN/PL/PSDC	PMDB /PP	PP / PTC
PT	PT	PMDB	PDT/PTN/PAN/PSN/PSB	PST/ PGT / PHS	PSOL/PSTU/PCB	PSB/ PSL
PH	PRP	PP	PMDB/PGT/PRP/PTdoB	PMDB	PDT	PV
	PLH	PRONA	PRONA	PSB	PV	PCO
	PST	PSC	PSTU	PDT / PTB / PPS	PSB	
		PRN	PSDC	PV	PRONA	
			PSC	PRONA	PSC	
			PRTB	PSTU	PMN	
				PSC/PTC/PRP/ PTdoB	PSDC	
				PRTB	PAN	
				PSL	PTC	
				PCO	PSL/PHS	
				PAN	PCO	
					PTN/PRP/PTdoB	
Soma das votações no 1º turno das 2 principais candidaturas (%)						
59,9	57,5	56,7	55,2	70,7	89,4	85,9

Fonte: TSE; TRE-SP; Fundação SEADE

Um rápido estudo sobre como as elites políticas organizadas nos cinco principais partidos do início do período analisado (PMDB, PDS, PT, PDT, PTB, PFL) se acomodaram entre 1988 e 1996 ajuda compreender a fragmentada partilha do terreno político local. Além disso, ajuda a identificar o grau de consolidação das bases organizacionais dessas siglas, na medida em que identificamos o caminho da migração dessas elites para novas legendas através da movimentação de candidatos. Assim, entre uma eleição e outra, do total de candidatos que se recandidataram, apenas 51,9% o fizeram pela mesma legenda. PT e PMDB são os partidos que relançaram o maior número de candidaturas, ou seja, 74,8% dos candidatos do PT e 61,1% do PMDB que haviam se candidatado pelo partido em 1988, lançaram-se candidatos pelos mesmos partidos em 1996. A maior perda ocorre para o PDT, com apenas 31,1% de candidatos relançados (Tabela 3). Esse dado aponta a dificuldade de identificarmos redutos partidários especialmente localizados (o que procuramos fazer mais à frente nesse trabalho).

O que a Tabela 3 também nos mostra é a dinâmica de “fornecimento” de elites dos principais partidos para as novas legendas. Não há espaço para analisar todos os dados, mas cabe destacar que o PSDB teve parte das bases das candidaturas locais na sua primeira eleição no estado fornecidas pelo PDS (10,4%), PDT (11,1%), PFL (11,7%), PMDB (14,6%), PT (5,6%) e PTB (15,3%)[ver Gráficos 12 e 13, Anexo]

Tabela 3. Movimentação de candidatos por partido no período 1988-96 (*)																	
PDS			PDT			PFL			PMDB			PT			PTB		
PDC	3	0,6	PDS / PPR	15	7,9	PDC	4	0,5	PC DO B	0	0,0	PCO	1	0,4	PDC	4	0,7
PDS/PPR	219	47,3	PDT	59	31,1	PDS	22	2,9	PDS / PPR	41	2,8	PDS	1	0,4	PDS / PPR	43	7,3
PDT	14	3,0	PFL	18	9,5	PDT	15	2,0	PDT	38	2,6	PDT	4	1,5	PDT	21	3,6
PFL	64	13,8	PL	9	4,7	PFL	340	45,6	PFL	84	5,8	PFL	8	3,0	PFL	51	8,7
PL	16	3,5	PMDB	30	15,8	PL	33	4,4	PL	23	1,6	PL	2	0,7	PGT	1	0,2
PMDB	30	6,5	PMN	2	1,1	PMDB	79	10,6	PMDB	881	61,1	PMDB	11	4,1	PL	14	2,4
PMN	3	0,6	PP	0	0,0	PMN	1	0,1	PMN	1	0,1	PMN	1	0,4	PMDB	68	11,6
PP	0	0,0	PPS	2	1,1	PPB	34	4,6	PP	1	0,1	PPB	4	1,5	PMN	1	0,2
PPS	1	0,2	PRN	5	2,6	PPS	3	0,4	PPS	2	0,1	PRN	4	1,5	PP	2	0,3
PRN	11	2,4	PRP	17	8,9	PRN	20	2,7	PRN	20	1,4	PRP	2	0,7	PPS	3	0,5
PRP	5	1,1	PSB	3	1,6	PRP	12	1,6	PRONA	1	0,1	PSB	3	1,1	PRN	11	1,9
PSB	3	0,6	PSD	7	3,7	PSB	1	0,1	PRP	11	0,8	PSC	1	0,4	PRONA	0	0,0
PSC	0	0,0	PSDB	21	11,1	PSC	1	0,1	PRTB	1	0,1	PSD	3	1,1	PRP	7	1,2
PSD	15	3,2	PSDC	0	0,0	PSD	36	4,8	PSB	11	0,8	PSDB	15	5,6	PSB	3	0,5
PSDB	48	10,4	PSL	0	0,0	PSDB	87	11,7	PSC	5	0,3	PSL	1	0,4	PSC	3	0,5
PSL	1	0,2	PST	3	1,6	PSL	5	0,7	PSD	44	3,1	PSTU	1	0,4	PSD	24	4,1
PST	1	0,2	PT	0	0,0	PST	4	0,5	PSDB	210	14,6	PT	202	74,8	PSDB	90	15,3
PT	3	0,6	PT DO B	0	0,0	PT	5	0,7	PSDC	1	0,1	PTB	4	1,5	PSDC	1	0,2
PT DO B	1	0,2	PTB	10	5,3	PT DO B	2	0,3	PSL	8	0,6	PTR	1	0,4	PSL	9	1,5
PTB	23	5,0	PTR	2	1,1	PTB	32	4,3	PST	3	0,2	PV	1	0,4	PST	4	0,7
PTN	1	0,2	PV	2	1,1	PTR	6	0,8	PT	5	0,3	Total	270	100,0	PT	2	0,3
PTR	1	0,2	Total	190	100,0	PV	4	0,5	PT DO B	2	0,1				PT DO B	2	0,3
PV	0	0,0				TOTAL	746	100,0	PTB	44	3,1				PTB	219	37,2
Total	463	100,0							PTN	0	0,0				PTN	2	0,3
									PTR	2	0,1				PTR	1	0,2
									PV	3	0,2				PV	2	0,3
									TOTAL	1442	100,0				TOTAL	588	100,0

(*) número total de candidatos: 3.699

Fonte: TSE; TRE-SP; Fundação SEADE

III. Mudanças estruturais e geografia eleitoral

Breve cenário e pressupostos

Os últimos 30 anos no estado são marcados por fortes transformações sociodemográficas e políticas. O processo crescente de urbanização encontrado nas análises sobre o desenvolvimento sociodemográfico do Estado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 que tanto impacto teve sobre o desenvolvimento da política partidário-eleitoral estadual no período, manteve-se presente também nas últimas três décadas.

No que tange ao eleitorado, a população das 50 maiores cidades de São Paulo (com mais de 100mil habitantes) aumentou de maneira muito mais significativa que a população residente nos demais municípios. A isso soma-se o fato de que entre 1980 e 2010, as cidades que possuíam maioria de suas populações vivendo em áreas rurais (considerados os municípios com até 50% da pop. urbana) diminuí de 34,1% para 4,2% do total de municípios no estado.

Alguns indicadores básicos apontam para uma trajetória de transformações significativas no modelo de desenvolvimento do estado, iniciada na década de 1990, em que o perfil agrícola de quase metade da população economicamente ativa passa a decrescer até atingir menos de 19% em 2010, a PEA industrial tem um crescimento moderado e passa a representar menos de 25%, e a PEA de serviços, abrangendo mais da metade da PEA estadual (57,7%), passa a marcar no final do período o perfil produtivo paulista. Também é significativo aumento da população escolarizada, fazendo a taxa de analfabetismo cair de 10 para 5% em 30 anos (Gráfico 4). Em 2010, o estado chega a uma população de mais de 41 milhões de habitantes e um eleitorado de mais de 30 milhões de cidadãos. Internamente ao estado, a distribuição da população entre regiões administrativas não sofre importante alteração ao longo do período. Nesse longo período, as duas mais importantes transformações ocorrem com a diminuição da participação da região de São Paulo, que deixa em 2010 de acolher mais da metade da população estadual, e o aumento da população da região de Campinas, que contribui ao final do período com 15% da população total.

Gráfico 4. Indicadores Socioeconômicos (%) SP (1980 - 2010)

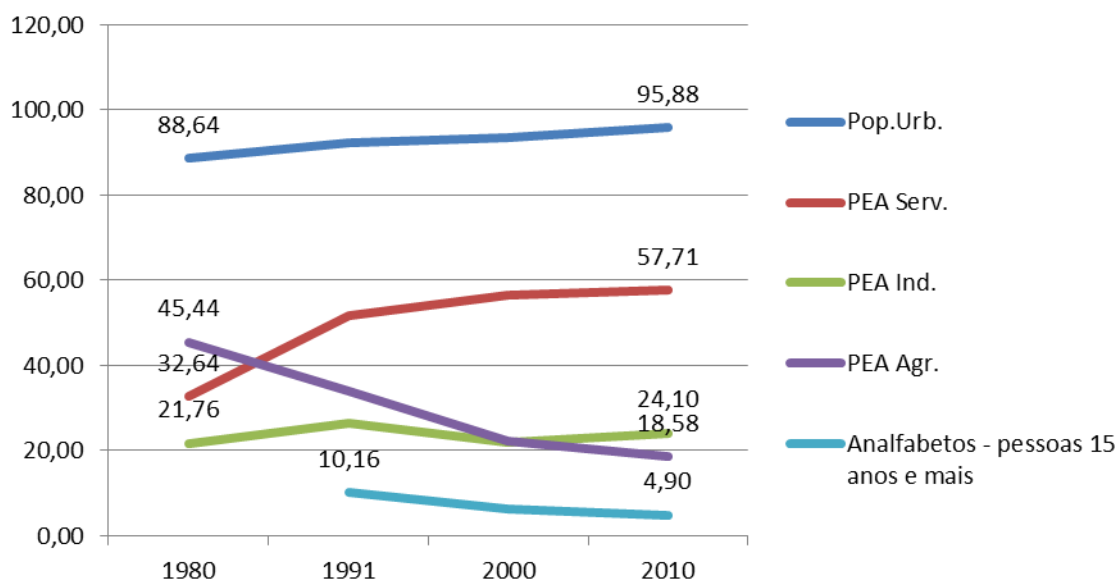


Tabela 4 - População por Região (% do total) 1980-2010

	1980	1990	2000	2010
Registro	0,74	0,72	0,72	0,65
Santos	3,84	3,86	3,99	4,03
São José dos Campos	4,87	5,19	5,38	5,48
Sorocaba	6,03	6,35	6,66	6,80
Campinas	12,81	13,83	14,56	15,15
Ribeirão Preto	2,62	2,82	2,86	3,03
Bauru	2,65	2,62	2,58	2,55
São José do Rio Preto	3,80	3,60	3,51	3,49
Araçatuba	2,10	1,96	1,82	1,79
Presidente Prudente	2,65	2,36	2,13	2,02
Marília	2,72	2,52	2,40	2,28
Central	2,17	2,30	2,31	2,31
Barretos	1,07	1,13	1,07	1,02
Franca	1,64	1,71	1,73	1,71
São Paulo	50,29	49,02	48,28	47,69
Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPEADATA; Fundação SEADE

Nosso interesse nesse trabalho está em identificar em que medida a política paulista respondeu nesse período aos efeitos contextuais que caracterizam seu território político, social e econômico. O ponto de partida de nossa indagação está em Lipset e Rokkan (1967) e sua proposição de que preferências políticas refletem as distinções sociais. Mesmo cientes do estágio desse debate, do espaço ocupado pela discussão pós-materialista (Inglehart, 1997) e das interpretações feitas à “freezing hypothesis” (Mair, 2001), estamos assumindo o que os autores

sugerem quanto a que as clivagens se estabelecem traduzindo traduzindo processos dinâmicos sociais, econômicos e políticos, e que as fontes das clivagens identificadas na primeira metade do século 20, produzidas pela dinâmica do mundo urbano, industrial e do desenho centro-periferia, em alguma medida tiveram continuidade na sociedade contemporânea pós-industrial (Lipset, 2001). Nessa direção investigamos em que medida a trajetória das preferências político-partidárias no estado estiveram associadas ao padrão agregado de desenvolvimento do estado, entendido a partir especificamente do perfil da população ocupada nos setores básicos da economia e do tamanho dos municípios.

Para além desses supostos, nosso enfoque segue o caminho dos estudos da geografia eleitoral. A literatura internacional sobre geografia eleitoral sustenta o efeito de contextos sobre a formação de preferências políticas, apontando que indivíduos decidem eleitoralmente sob influência do meio em que sua vida cotidiana está engajada (Taylor & Johnston, 1979; Johnston & Pattie, 2006). Apesar das transformações socioeconômicas, estruturais e culturais da sociedade contemporânea, sustenta-se que a variável regional ainda exerce um papel importante na explicação dos padrões de votação, e ainda, efeitos de vizinhança, ou de propagação política, que traduziriam a articulação de fatores estruturais e de socialização em contextos geograficamente definidos.

No caso brasileiro, Lima Jr. (1993) já havia partido dessa mesma indagação com o objetivo de investigar em nível nacional a medida em que o desenho do sistema partidário altamente fragmentado resultaria de certo determinismo social. O autor não encontra vinculação significativa entre os fenômenos, mas seus dados apontaram que a complexidade da vida social dos grandes centros estava em alguma medida relacionada à fragmentação eleitoral.

No nosso caso, Faria (1975) deu o ponto de partida para investigar no estado de São Paulo o impacto de processos socioeconômicos contextualmente estabelecidos sobre as transformações políticas. O estudo dos resultados da eleição de 1974 e do notável desempenho do partido da oposição, segundo indicadores socioeconômicos, mostrou que o MDB beneficiou-se dos contextos de microrregiões do estado em que o processo de desenvolvimento agregado deu-se de forma acentuada.

Em um breve estudo estatístico sobre a caracterização das bases sociais do PT, PDS, PMDB e PTB no estado nas eleições de 1982 e 1986, Gonçalves (1998) mostra através de análise multivariada a associação das votações partidárias para o governo estadual a contextos específicos, localizando terrenos conservadores e progressistas, bem como a transformação da distribuição dos votos entre uma eleição e outra. Assim, em 1982, verificou-se o forte predomínio

da votação do PDS em áreas rurais, a força do PMDB em municípios altamente urbanizados e com índices de escolaridade altos, enquanto as votações do PT e PTB localizavam-se em municípios altamente industrializados. Em 1986, ocorre o “espalhamento” do PMDB para o interior do estado, alcançando inclusive municípios e regiões antes associadas ao voto do PDS. PT e PTB por sua vez, aprofundam sua presença nos municípios de perfil industrial.

O objetivo desta seção é mostrar brevemente e através de alguns indicadores as transformações contextuais que marcam o estado. Com base nos dados do IPEADATA e do SEADE, caracterizamos o estado e as regiões administrativas segundo o perfil de sua economia através da taxa de ocupação da população economicamente ativa nos três setores básicos, indústria, agricultura e serviços³, e da taxa de mobilidade cognitiva havida no período (diminuição da taxa de analfabetismo) [ver Gráficos 5 a 10, Anexo].

Uma análise geral mostra que os fatores que marcam a evolução contextual do estado são o aumento populacional, o aumento expressivo da economia de serviços, a diminuição expressiva da ocupação na agricultura, e a manutenção relativa da ocupação industrial. Uma breve caracterização das regiões administrativas mostra que Barretos e Marília chegam ao final da década de 2000 como as regiões de maior ocupação de mão-de-obra agrícola; Campinas e São Paulo, as de maior ocupação industrial, assim como as de maior concentração populacional, somando 63% do estado; Santos e São Paulo, como as regiões de maior ocupação em serviços. As regiões com menor taxa de urbanização ao final do período são Registro e Sorocaba, sendo Registro a região menos populosa do estado, com apenas 0,65% da população do estado em 2010.

Os dados apresentados a seguir são indicações de que o caminho do enfoque contextual e do “determinismo socioeconômico” está correto, e que uma futura análise multivariada mais aprofundada poderá nos garantir afirmação sólida sobre o papel de determinadas clivagens na definição das preferências do eleitor paulista.

III.1) A trajetória das votações: fatores socioeconômicos

A análise das associações r de pearson entre variáveis estruturais e as porcentagens de votação no estado por partidos selecionados (6 mais votados no estado no período) e cargos

³ Estamos cientes das mudanças na composição da força de trabalho e do impacto dos processos de reestruturação produtiva ocorridas nas últimas décadas sobre o perfil da PEA. Ao nível agregado (e mesmo ao nível individual), não é possível dar conta de todos os processos sociais e econômicos para delimitar contextos favoráveis a posicionamentos políticos específicos. As noções de PEA agrícola, industrial e de serviços abarcam conteúdos ao longo do período não explicitados aqui, mas não alteram nosso argumento de que posicionamentos e preferências político-partidárias são em parte associados a esses processos sociais.

selecionados (governador e prefeito⁴) apontam que, ao longo do período, notadamente a partir da eleição de 2006 para governador, as associações entre votações partidárias e variáveis socioeconômicas perdem força, sem desaparecer, traduzindo o espalhamento das preferências políticas no estado, antes mais claramente associadas a indicadores específicos. Os dados de correlações para o governo do estado colaboram para sustentar nosso argumento. Inicialmente, destaca-se a notável manutenção da associação das votações do PT desde a eleição de 1990 até 2002 com municípios de perfil industrial. Essa associação, presente desde a primeira eleição do partido no estado em 1982, apresenta valores entre 0,33 e 0,44, e em 2006 perde consideravelmente sua força, sugerindo a presença de outras variáveis de natureza distinta na formação das preferências. Em 2010, a associação que tradicionalmente marca parte do perfil do voto petista se inverte, e o voto para o candidato do governo mostra-se inversamente associado aos contextos industriais, sem que se defina uma associação significativa com contextos de perfil oposto. Essa também foi a trajetória da associação do voto petista para o governo com a caracterização dos municípios segundo a taxa de analfabetismo: a associação inversa que marca as preferências entre 1990 e 2002 (o aumento da votação segue com a diminuição da taxa) perde força em 2006 e em 2010 se inverte. Essas mudanças sugerem o impacto das mudanças das bases do PT a partir da reeleição de Lula em 2006 (Rennó e Cabello, 2010). As semelhanças com as associações entre variáveis socioeconômicas e o PSDB, que eram observadas em 1990 entre os 2 partidos, voltam a ocorrer em 2010, sendo que em toda a trajetória entre uma eleição e outra, os perfis opostos ficam claramente estabelecidos. Esses dados do final do período sugerem os efeitos da partilha eleitoral entre PT e PSDB mencionada anteriormente. Quanto ao PMDB, o perfil do voto tem características constantes em todo o período até 2006: está associado a contextos menores, de perfil mais agrícola. Na eleição para governo de 2006, a última em que partido lançou candidato ao governo, vale destacar que as associações entre votações e fatores socioeconômicos são muito frágeis para todos os partidos.

Na eleição seguinte em 2010, as associações mantêm-se fracas, mas os dados relativos à votação do PP (com Celso Russomano como candidato) sugerem uma ocupação específica do voto conservador, em grandes centros, de perfil industrial, diferentemente dos outros dois concorrentes, PT e PSDB, mais claramente espalhados no estado, sendo que, no caso do PT, em contextos de perfil mais distante daquele que marcou a sua trajetória de preferências.

No caso do voto conservador em específico, o perfil mais claramente definido das bases do PDS associadas em 1982 e 1986 a contextos de menor população e perfil agrícola praticamente

⁴Os valores r obtidos para as votações para deputados estaduais são muito inexpressivos para todo o período e todos os partidos, não cabe analisá-los.

se dissipa em 1990, e mesmo a participação de Maluf nas eleições de 1998 e 2002 não recupera a força daquelas correlações, apenas sugere a direção esperada.

Ao nível municipal, esses perfis de bases partidárias se repetem parcialmente. As associações encontradas são mais fracas, e é possível identificar condições semelhantes para as votações petista e pessedebista ao nível local apenas em 2 eleições, 1988 e 2004. Para o PMDB e os partidos à direita _ PDS, PP, PFL/DEM_ há certa constância nos contextos associados ao voto, associação inversa com o tamanho dos municípios e com territórios mais industrializados, e associação com cenários com maior taxa de analfabetismo. De toda forma, a fraqueza das associações no âmbito de eleições locais nos permite afirmar pouco sobre tais preferências.

Os dados de associações por região administrativa necessitam maior detalhamento. Com a exceção dos votos para o PT que, para os 2 cargos analisados, mostram associações significativas praticamente constantes com contextos de perfil mais industrial e de maior população, há variações importantes que acompanham as características regionais e as formas de estabelecimento das bases partidárias. Assim, é possível encontrar associações entre o voto de partidos conservadores e municípios maiores e com perfil industrial em regiões específicas, provavelmente respondendo à presença de bases partidárias ou lideranças mais consolidadas. Esses dados, observados ao nível agregado do estado se perdem, mas analisados espacialmente podem nos dar pistas sobre o movimento das preferências em contextos mais específicos. É o que faz a seção III.3 deste trabalho.

Tabela 5. Correlações r de Pearson entre votações partidárias e fatores demográficos e socioeconômicos nas eleições para prefeito em SP (1988-2008)

	1988					
	PDS	PFL	PMDB	PSDB	PT	
População 1990	.018	-.060	-.089	.082	.226	
PEA Agr.1990	.097	-.033	.028	-.043	-.113	
PEA Ind.1990	-.057	-.048	-.158	.059	.211	
PEA Serv.1990	.011	.099	.102	-.042	-.152	
TxAnalf.1991	.103	.163	.153	-.150	-.330	
	1992					
	PDS	PFL	PMDB	PSDB	PT	
População 1990	.057	-.049	-.087	.006	.196	
PEA Agr.1990	.050	-.048	.053	.014	-.130	
PEA Ind.1990	-.076	-.061	-.121	.019	.238	
PEA Serv.1990	.038	.108	.095	-.013	-.152	
TxAnalf.1991	.078	.126	.141	-.092	-.331	
	1996					
	PFL	PMDB	PPB	PSDB	PT	
População 1990	-.051	-.056	.093	-.038	.165	
PEA Agr.1990	.034	.036	-.010	.010	-.105	
PEA Ind.1990	-.020	-.003	-.043	-.086	.196	
PEA Serv.1990	.036	-.032	.034	.078	-.129	
TxAnalf.1991	.148	.018	-.006	.095	-.262	
	2000					
	PT	PMDB	DEM	PSDB	PP	PDT
População 2000	.192	-.059	-.024	-.028	.015	-.004
PEA Agr.2000	-.181	.093	.086	.007	.050	-.003
PEA Ind.2000	.139	-.054	-.061	-.071	.006	.014
PEA Serv.2000	.053	-.036	-.035	.072	-.058	-.009
TxAnalf.2000	-.275	.063	.136	.056	.051	.040
	2004					
	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB	
População 2000	.002	.116	-.044	-.048	.031	
PEA Agr.2000	.099	-.098	.071	-.001	-.023	
PEA Ind.2000	-.013	.094	.001	-.038	-.018	
PEA Serv.2000	-.094	.014	-.071	.035	.038	
TxAnalf.2000	.084	-.202	.063	.097	.027	
	2008					
	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB	
População 2010	-.014	.100	-.033	.027	-.012	
PEA Agr.2008	.055	-.061	.072	-.034	.007	
PEA Ind.2008	.039	.100	-.023	-.083	-.037	
PEA Serv.2008	-.094	-.038	.046	.112	.038	
TxAnalf.2000	.014	-.130	.018	.011		

Tabela 6. Correlações r de Pearson entre votações partidárias e fatores demográficos e socioeconômicos nas eleições para governador em SP (1990-2010)

1990					
	PDS	PMDB	PSDB	PT	
População 1990	-.003	-.129	.255	.202	
PEA Agr.1990	-.013	.163	-.249	-.213	
PEA Ind.1990	-.133	-.212	.250	.437	
PEA Serv.1990	.150	.103	-.134	-.305	
TxAnalf.1991	.169	.230	-.557	-.597	
1994					
	PMDB	PSDB	PT	PDT	PP
População 1990	-.123	.065	.189	.119	.127
PEA Agr.1990	.177	-.159	-.192	-.143	-.091
PEA Ind.1990	-.233	-.111	.438	.313	.374
PEA Serv.1990	.123	.151	-.307	-.212	-.308
TxAnalf.1991	.349	-.212	-.535	-.370	-.447
1998					
	PDT	PT	PMDB	PSDB	PP
População 1990	.045	.167	-.073	-.025	-.057
PEA Agr.1990	-.117	-.303	.222	.029	.071
PEA Ind.1990	.195	.348	-.031	-.143	-.184
PEA Serv.1990	-.070	-.036	-.187	.133	.075
TxAnalf.1991	-.158	-.567	.086	.192	.205
2002					
	PP	PT	PMDB	PSDB	
População 2000	-.013	.102	-.057	-.090	
PEA Agr.2000	.063	-.211	.181	.166	
PEA Ind.2000	-.083	.330	-.013	-.262	
PEA Serv.2000	.000	-.096	-.167	.090	
TxAnalf.2000	.088	-.405	.086	.331	
2006					
	PT	PMDB	PSDB		
População 2000	.104	-.005	-.131		
PEA Agr.2000	-.094	.058	.129		
PEA Ind.2000	.047	-.012	-.082		
PEA Serv.2000	.057	-.046	-.054		
TxAnalf.2000	.010	.004	.088		
2010					
	PP	PSDB	PT		
População 2010	.170	-.110	.026		
PEA Agr.2008	-.353	.113	.079		
PEA Ind.2008	.241	-.039	-.130		
PEA Serv.2008	.070	-.081	.063		
TxAnalf.2000	-.556	.057	.296		

III.2) A trajetória das votações: o grau de consolidação do voto

A busca de redutos partidários regionais _ que realizamos na seção seguinte _ precisa ser precedida da investigação da capacidade de consolidação das preferências do eleitorado pelos partidos nos pleitos do período. Essa é nossa medida do grau de enraizamento partidário, que consideramos essencial para avaliarmos a capacidade de fortalecimento das legendas e constituição do sistema político estadual. A bibliografia que nos sustenta aqui é clássica e volumosa, e nos interessa especificamente avaliar o potencial de formação de bases organizacionais dos principais partidos. Os dados apresentados anteriormente na Tabela 1 indicam que não apenas a fragmentação partidária é um obstáculo à consolidação de forças políticas no estado, como também o é a potencial dispersão das preferências do eleitor entre pleitos. Nessa direção, os altos índices de volatilidade eleitoral observados para os pleitos legislativos estaduais nos demoveram da investigação _ao menos neste trabalho_ da capacidade de consolidação das preferências partidárias a partir das votações entre as várias eleições a deputado estadual.

Ainda nessa direção, os dados de migração de candidatos entre partidos no período entre 1988 e 1996 apresentados na Tabela 3 sugerem que até meados da década de 1990 não vamos encontrar associações muito significativas para os partidos nos pleitos locais. Dito isso, a análise então está delimitada pelas associações das votações intrapartidárias para as eleições para prefeito e governador entre 1988 e 2010, para todo o estado, para PSDB, PMDB, PT, PDS/PP, PFL/DEM e PTB. Lembre-se que os dados analisados são as porcentagens de votações partidárias municipais para cada eleição.

Para o PT, as correlações são notáveis. Não é novidade afirmar o partido como legenda com bases partidárias mais sólidas, mas os dados se destacam: até 2002 as correlações entre eleições contíguas para o governo são bastante altas, como 0,92 entre 1990 e 1994, 0,83 entre 1994 e 1998, e 0,76 entre 1998 e 2002. Sobressaem ainda mais os dados de manutenção de bases no tempo: a associação entre as votações para governo em 1986 e 1998 é $r=0,76$, e um indicador bastante alto. No âmbito das eleições locais, as associações são mais baixas, mas estão em torno de $r=0,5$, um valor bastante razoável quando se trata de decisão eleitoral. Entre 2002, 2004 e 2006, as correlações caem, indicando, possivelmente, a desconcentração das bases eleitorais antes evidente no estado. A associação volta a crescer entre as eleições de 2006 e 2010, o partido, inclusive, lança o mesmo candidato ao governo (Mercadante), mas ao nível local, os valores continuam muito baixos e declinantes (Tabela 7, Anexo). É bom lembrar que em todo o período o partido não consegue obter mais que 10% das prefeituras do estado.

O PDS apresenta correlações significativas em eleições para governo, tanto contíguas quanto distantes no tempo, nas quais Maluf participou como candidato. Assim, entre 1986 e 1990, as votações estão associadas com $r=0,58$, um valor que aumenta para $r=0,62$ para o par de eleições de 1990 e 1998 e depois atinge $r=0,6$ para as eleições de 1998 e 2002. Esses são dados indicativos de que as bases do partido se estabelecem no espaço e no tempo sob o crivo de determinada liderança. No nível das eleições para prefeito, a associação encontrada entre 2004 e 2008 é importante, $0,53$, mas é a mais alta em todo o período, cabe aguardar o desempenho de eleições futuras (Tabela 8, Anexo).

O PMDB tem um conjunto de correlações médias entre votações partidárias, são valores em torno de $r=0,5$. As melhores correlações ocorrem entre eleições contíguas para o governo, notadamente entre 1986 e 1990, e entre 1998 e 2002 (para ambos os pares, $r=0,5$). Mas destaca-se a notável associação encontrada entre eleições em que Quércia participou como candidato ao governo, 1998 e 2006, onde $r=0,81$, sugerindo, assim como no caso do PDS de Maluf, a formação de bases locais em torno de lideranças específicas (Tabela 9, Anexo).

Para o PSDB, as correlações encontradas são fracas, sobretudo no âmbito das eleições para prefeito em todo o período. Mesmo os pares de eleições contíguas para o governo só vão mostrar correlações importantes entre 2002 e 2006 ($0,512$) e entre 2006 e 2010 ($0,80$), quando então o partido definitivamente consolida o processo de hegemonia eleitoral no estado. É de todo modo importante frisar como no caso do PSDB o processo de formação de bases partidárias traduzidas eleitoralmente dá-se de forma desconcentrada (Tabela 10, Anexo).

Para o PFL/DEM e PTB, o quadro é muito semelhante. As associações são fracas em todo o período, sobretudo entre eleições para o governo, no caso específico do PTB. As únicas correlações mais importantes somente são observadas entre pleitos para prefeitura no final do período estudado, entre 2004 e 2008, sendo para o PFL/DEM, $0,43$, e para o PTB, $0,48$ (Tabelas 11 e 12, Anexo).

III.3) A trajetória das votações: distribuição espacial

A análise da distribuição espacial dos votos dos principais partidos nas 15 regiões administrativas do estado no período corrobora nosso argumento quanto à validade da clivagem regional para compreender a consolidação de preferências partidárias e posicionamentos específicos, no caso aqui, o oposicionismo e o governismo. O desenho dessa polarização espacialmente estabelecida já havia sido apontado por Sadek (1986) na análise da eleição de 1986, quando a tendência oposicionista de novo período marcava suas bases nos grandes centros

urbanos, notadamente a região da grande São Paulo, onde o PMDB _ então governo_ obteve resultados eleitorais reduzidos, comparativamente a regiões do interior.

Ao longo do período 1986-2010 a tendência oposicionista ao governo estadual manteve sua trajetória associada aos maiores centros urbanos; por exemplo, as regiões de São Paulo e Santos acolhem um desempenho muito positivo do PT, assim como as regiões de Marília, Presidente Prudente e Bauru, geograficamente distantes da capital e da grande São Paulo, acolhem bons desempenhos eleitorais do PSDB ao longo do tempo em que é governo, para vários cargos. Esses dados mostram que a “hegemonia peessedebista” não é distribuída homogeneamente. A Tabela 13 ilustra essa distribuição através de um indicador simples _ o número de vezes em que governo e oposição obtiveram no tempo seus 3 melhores e seus 3 piores resultados em cada região administrativa (Ver também Tabela 22 do Anexo).

Tabela 13 – Governismo x oposicionismo como clivagem regional (1986-2010)				
	Nº de vezes em que a situação teve um de seus 3 melhores resultados na RA:	Nº de vezes em que algum dos partidos de oposição teve um de seus 3 melhores resultados na RA:	Nº de vezes em que a situação teve um de seus 3 piores resultados na RA:	Nº de vezes em que algum dos partidos de oposição teve um de seus 3 piores resultados na RA:
Registro	1	6	0	6
Santos	0	19	6	3
São José dos Campos	2	7	3	4
Sorocaba	1	2	0	2
Campinas	0	3	0	1
Ribeirão Preto	0	3	0	2
Bauru	1	3	0	4
São José do Rio Preto	3	2	0	15
Araçatuba	0	4	0	7
Presidente Prudente	2	5	1	12
Marília	5	3	0	5
Central	0	5	1	5
Barretos	2	3	1	6
Franca	3	3	2	12
São Paulo	0	19	7	4

Analisada por partido, essa distribuição espacial das preferências permite identificar bases e redutos políticos. É o que fazemos a seguir:

O PFL / DEM.

O principal reduto do PFL no período é a RA de Registro. Ainda que o partido não tenha lançado nenhum candidato a governador no Estado, nessa região há uma significativa estabilidade de sua força eleitoral principalmente nas eleições para a prefeitura, acompanhada parcialmente por bons resultados nas eleições para seus candidatos à Assembleia Legislativa. Suas principais votações estão sistematicamente localizadas no interior menos urbanizado e industrializado do Estado. Nas regiões de São Paulo, Campinas e Santos, mais populosas e mais industrializadas, apenas nas eleições para Deputado Estadual em 2010 os resultados obtidos na região de Campinas superam o parâmetro estabelecido em nossa análise (1desvio-padrão acima da média estadual). A intensa oscilação dos resultados eleitorais do partido ao longo do período nas várias regiões, com a exceção de Registro, não possibilitam identificar qualquer outra região na qual a base partidária do PFL / DEM tenha se mantido estável ao longo dos 25 anos em análise. Em regiões como Ribeirão Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, o partido obtém bons resultados em vários momentos, sem que isso configure uma tendência estável em cada RA específica. Finalmente, a análise da trajetória eleitoral do partido no estado demonstra ele tem conseguido preservar parte significativa de seus votos no tempo, contrariando a dinâmica de queda constante de suas votação observada em nível nacional. Quanto às eleições para a Assembleia Legislativa, o partido apenas obteve seu melhor resultado em 2006, perdendo parte desses votos em 2010. Ao mesmo tempo, nas prefeituras o partido tem mantido uma base razoavelmente estável de votos, sempre obtendo médias acima de 10% nos municípios paulistas, comprovando sua “vocaçao local” em São Paulo, evidenciada tanto pelos resultados melhores do partido nas eleições para Prefeito, quanto pelo fato de que não lançou candidato a governador em todo o período.

Tabela 14. Médias de votos – PFL/DEM

	Dep. Estadual							Prefeito					
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Registro	7,15	7,35	0,38	9,99	11,92	13,21	9,72	27,13	20,83	32,47	21,65	17,52	12,96
Santos	2,82	4,87	2,76	4,62	3,90	5,08	2,80	11,87	11,95	7,50	6,78	11,34	11,75
São José dos Campos	4,55	2,31	2,44	3,06	7,44	8,45	11,68	20,11	10,01	12,45	8,18	15,10	16,48
Sorocaba	2,86	3,32	6,30	15,89	14,27	13,52	6,74	14,21	10,04	14,67	11,18	11,24	10,76
Campinas	5,41	4,44	2,96	8,62	8,39	15,51	11,77	14,69	8,96	9,10	10,34	15,75	14,04
Ribeirão Preto	5,50	5,96	9,37	9,99	7,15	22,48	4,03	11,49	16,41	11,87	6,18	3,15	13,28
Bauru	3,26	1,52	2,19	8,41	4,83	7,43	3,95	16,36	7,50	11,29	11,97	5,96	4,32
São José do Rio Preto	2,96	2,26	2,90	5,83	9,07	9,80	7,07	16,83	11,15	15,93	20,22	14,51	14,79
Araçatuba	3,14	3,55	2,58	6,44	6,47	6,92	3,76	22,30	8,22	19,29	25,26	19,25	9,83
P. Prudente	7,45	3,31	3,58	23,35	3,93	4,67	5,29	18,07	16,55	27,00	6,71	13,18	14,67
Marília	2,98	3,07	1,47	12,27	4,51	6,49	4,11	20,38	14,80	18,23	11,33	15,79	11,97
Central	1,62	2,21	0,09	5,33	4,46	10,67	5,16	12,45	9,52	10,87	12,44	11,82	10,05
Barretos	1,29	2,08	3,15	3,28	7,85	11,71	5,20	10,27	11,31	16,71	11,00	12,51	7,10
Franca	2,68	4,79	2,52	17,41	5,87	21,80	17,64	16,91	10,70	18,19	13,73	8,62	7,85
São Paulo	1,68	3,89	0,31	8,80	7,20	16,12	8,19	12,94	5,95	13,57	11,64	6,81	8,87
Total	3,78	3,37	3,08	10,16	7,77	11,35	7,37	16,44	10,96	15,49	13,00	12,85	11,93

O PDS / PPB / PPR / PP.

Os dados eleitorais agregados por RA não permitem identificar as bases regionais do PDS/PP. O desempenho homogêneo já havia sido apontado por Sadek (1986) no início desse período, uma característica que notavelmente se mantém no tempo. Os melhores resultados do partido em cada eleição variam entre as regiões nos diferentes pleitos de maneira significativa. Ainda que possa ser observada uma sequência de bons resultados dos candidatos ao governo na RA de Santos, a regra é a oscilação do voto nos candidatos do partido, alternando momentos de fortalecimento, seguidos de momentos de grande diminuição da média de votos nas regiões, como ocorre no período 1998-2002. Cabe apontar que, ainda que seus candidatos ao governo no período (Medeiros em 1994, Maluf em 1998 e 2002, e Russomano em 2006 e 2010) sejam lideranças com forte atuação na capital e na região de São Paulo, e tenham potencialmente se beneficiado da condição de oposição estadual, os resultados do partido nessa região não ocorrem acima do parâmetro estabelecido de 1DP acima da média estadual, com a exceção das eleições de 2010.

Tabela 15. Média de votos – PDS / PPB / PPR / PP

	Dep. Estadual							Prefeito					
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Registro	5,00	1,69	1,56	9,97	3,22	0,64	1,63	4,93	3,56	4,36	5,73	4,07	6,25
Santos	3,53	2,01	4,30	11,92	6,31	1,73	3,04	5,94	3,44	9,02	4,20	0,25	1,50
S. J. Campos	5,95	5,91	3,03	18,84	4,27	0,94	1,09	7,70	8,01	8,47	7,14	3,22	1,76
Sorocaba	8,14	2,89	1,65	14,93	6,28	2,88	2,53	8,18	9,32	8,33	5,54	1,87	0,93
Campinas	7,47	3,66	3,60	9,85	5,81	2,41	1,51	10,42	8,36	8,28	8,12	3,95	3,31
R. Preto	5,83	0,56	3,26	7,39	3,08	1,96	0,92	7,62	7,01	6,12	10,97	7,08	7,65
Bauru	4,83	2,05	0,43	16,66	3,45	0,94	2,23	7,54	8,56	7,75	7,51	2,75	4,95
S.J.R. Preto	9,33	3,43	2,66	17,00	7,79	5,06	1,93	12,99	9,61	12,73	6,35	6,96	6,75
Araçatuba	10,08	3,09	1,08	21,53	9,29	5,54	1,58	13,89	11,68	7,21	2,98	5,08	4,72
P. Prudente	7,63	8,55	7,68	21,57	2,80	2,97	0,80	7,54	4,04	6,90	5,97	4,66	2,43
Marília	8,90	3,30	0,87	16,28	3,77	1,11	3,28	5,14	6,78	5,45	3,98	4,29	4,45
Central	6,29	2,72	0,52	6,51	2,06	2,37	1,61	11,68	15,36	5,58	6,58	4,93	3,60
Barretos	7,22	1,36	0,79	5,44	4,26	1,35	1,02	8,51	4,05	7,91	12,75	9,71	13,29
Franca	5,68	0,44	0,28	3,77	6,75	2,29	1,68	5,56	2,71	8,89	2,19	2,60	3,59
São Paulo	7,95	2,16	0,88	12,98	5,10	1,68	1,28	4,90	3,15	6,69	1,39	0,33	1,70
Total	7,57	3,40	2,40	14,39	5,39	2,69	1,79	8,90	7,78	8,17	6,06	4,20	4,07

	Governador				
	1986	1990	1998	2002	2010
Registro	21,54	43,52	47,93	23,98	3,74
Santos	19,90	39,26	42,68	27,21	6,94
S. J. Campos	23,82	36,87	38,26	17,77	3,31
Sorocaba	23,13	36,59	37,01	24,92	3,09
Campinas	19,71	33,65	34,18	21,12	3,69
R. Preto	18,46	30,60	36,71	22,77	3,20
Bauru	18,11	31,98	32,16	19,64	3,01
S.J.R. Preto	24,58	33,62	36,53	21,91	2,10
Araçatuba	23,33	36,97	38,98	22,28	2,39
P. Prudente	20,48	37,27	39,01	23,04	1,78
Marília	19,51	34,80	36,37	20,88	2,05
Central	18,68	28,70	31,39	20,80	4,57
Barretos	18,60	29,92	38,57	24,15	3,19
Franca	15,49	26,05	26,49	21,52	2,65
São Paulo	19,68	34,62	31,57	21,46	6,02
Total	20,96	34,27	35,99	21,95	3,10

O PSDB.

A trajetória eleitoral ascendente do partido tem seu marco inicial nas eleições para o governo de 1994. Nessas eleições o PSDB obteve médias significativamente maiores que as

obtidas entre 1988-1992 em todas as regiões administrativas, dando início a um processo de fortalecimento de suas bases que se intensifica a partir de 1996 e que atinge seu ponto máximo no período em 2006. Nessa trajetória, o partido passa da condição inicial de força eleitoral periférica para a condição de partido mais votado do Estado, obtendo médias superiores a 25% dos votos dos municípios paulistas em praticamente todas as eleições do período 1996-2010. A principal base regional do PSDB é a RA de São José dos Campos, seguida por regiões como Presidente Prudente e Bauru, nas quais obtém sistematicamente resultados melhores que a média estadual. Nas regiões de São Paulo e Santos, o fenômeno já mencionado do oposicionismo consolidado fez com que, exceto nas eleições de 1994 em Santos – quando o candidato do PSDB foi Mário Covas, liderança com ligações históricas com a região – o partido tenha obtido ali alguns de seus piores resultados médios no período.

Tabela 16. Média de votos – PSDB

	Dep. Estadual						Prefeito					
	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Registro	0,48	8,67	20,95	28,09	57,55	45,36	0,00	4,26	21,21	25,96	18,22	31,54
Santos	1,41	3,65	12,85	14,35	25,65	31,08	3,89	5,74	9,91	16,61	21,69	19,32
S. J. Campos	5,39	7,48	29,88	20,34	24,89	24,90	1,06	14,55	26,39	31,30	24,16	24,86
Sorocaba	3,38	8,51	21,21	31,16	32,20	27,06	0,63	6,26	27,60	29,57	30,06	34,24
Campinas	5,03	6,00	26,47	22,23	27,68	24,93	1,38	9,65	25,85	20,48	24,10	26,02
R. Preto	2,24	1,25	15,33	21,67	18,92	21,11	2,93	6,43	31,45	27,02	30,25	22,91
Bauru	3,16	5,14	13,77	33,17	46,21	41,91	0,94	6,71	24,33	19,80	31,18	34,93
S.J.R. Preto	1,67	5,47	25,43	25,26	24,70	36,25	0,12	5,25	26,84	25,26	21,42	19,40
Araçatuba	2,62	4,59	20,31	16,87	38,01	24,45	0,00	5,97	30,68	27,40	27,00	30,47
P. Prudente	2,20	6,62	23,38	33,58	32,98	31,12	0,58	5,27	31,46	33,67	33,86	35,18
Marília	2,39	6,18	20,41	25,87	26,82	26,59	1,31	6,53	27,03	32,76	26,00	28,09
Central	5,37	7,12	19,52	18,52	27,24	29,56	1,61	4,98	24,53	19,57	22,48	22,40
Barretos	2,33	4,61	18,52	21,53	11,73	19,03	0,47	4,24	25,20	17,63	15,86	16,87
Franca	5,28	7,49	27,51	28,91	30,60	27,42	0,00	9,28	27,35	21,52	26,35	33,02
São Paulo	1,99	2,18	16,10	17,73	19,97	18,66	2,29	4,17	16,64	18,84	30,98	26,72
Total	3,16	5,90	22,12	24,98	29,23	28,61	0,96	6,88	26,35	25,57	26,27	27,51

	Governador					
	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Registro	5,39	34,73	22,77	48,20	68,90	56,62
Santos	10,70	39,05	22,60	36,98	55,04	50,26
S. J. Campos	9,44	38,69	26,13	52,63	69,09	61,59
Sorocaba	5,80	33,40	25,33	45,22	70,21	59,70
Campinas	6,31	31,60	23,39	41,56	68,59	59,68
R. Preto	5,06	33,24	21,60	39,38	66,61	57,79
Bauru	5,63	30,35	26,28	45,72	70,02	58,10
S.J.R. Preto	3,69	31,64	27,28	47,15	67,71	58,79
Araçatuba	4,38	31,19	25,34	46,60	67,71	54,98
P. Prudente	4,70	34,93	30,98	46,59	65,85	53,55
Marília	5,77	32,02	26,39	48,57	69,79	60,13
Central	4,87	29,47	21,24	36,02	62,64	54,77
Barretos	4,36	29,91	17,57	40,88	65,34	58,23
Franca	3,85	29,77	17,37	43,36	59,37	60,06
São Paulo	10,19	27,02	17,17	38,84	54,44	46,99
Total	5,77	32,21	24,59	44,72	66,81	57,52

O PT.

A distribuição regional do desempenho eleitoral do PT tem os resultados mais contundentes. A RA de Santos e a RM de São Paulo são os principais redutos do partido _inclusive bases de sua formação_, apresentando em praticamente todas as eleições para todos os cargos algumas das melhores médias do PT no estado. Em grande medida, esse fenômeno se associa ao mencionado fenômeno das bases do oposicionismo nessas regiões – o partido se consolida ao longo do período como principal candidatura de oposição ao governo do Estado – e à persistente, ainda que declinante, associação do voto petista aos contextos mais populosos e com maior atividade industrial. Além dessas duas regiões, destaca-se que Ribeirão Preto foi uma base importante do partido em meados da década de 1990, e que desde o início da década de 2000 a RA Central constitui-se uma importante base regional. Confirmando as tendências já observadas, é notório o fato de que, em regiões predominantemente agrícolas ou compostas por municípios menores, como Bauru e Registro, o partido praticamente não consegue obter resultados eleitorais acima dos obtidos no total do Estado.

Tabela 17. Médias de voto – PT

	Dep. Estadual							Prefeito					
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Registro	0,53	1,08	3,03	11,70	17,81	10,62	13,61	6,05	3,19	4,70	7,18	11,33	15,01
Santos	2,24	3,08	4,28	12,70	20,21	18,82	22,84	10,13	15,28	7,47	10,19	15,48	7,87
S. J. Campos	1,99	1,84	1,64	8,06	15,34	12,22	13,15	3,65	3,32	2,55	5,30	11,49	9,48
Sorocaba	0,58	0,97	1,35	4,71	12,58	11,77	15,02	3,26	3,33	2,67	3,45	13,11	10,21
Campinas	1,59	1,49	1,81	8,41	16,59	11,81	14,50	5,49	4,45	3,31	6,17	11,92	8,54
R. Preto	0,34	2,00	3,07	12,37	18,13	10,20	13,08	4,20	5,56	8,18	13,66	15,40	8,22
Bauru	1,62	0,76	2,26	6,98	12,35	8,89	14,96	2,12	2,48	4,43	3,46	7,47	8,12
S.J.R. Preto	0,44	0,53	0,74	4,72	15,22	11,38	17,43	2,56	0,86	1,00	3,16	7,66	4,89
Araçatuba	0,57	0,46	1,82	3,05	10,71	12,91	14,13	1,24	2,48	0,80	1,81	5,73	9,97
P. Prudente	0,25	0,53	0,86	4,07	11,48	13,17	12,54	2,85	0,45	0,94	3,29	7,91	5,05
Marília	0,33	0,36	0,57	4,35	9,84	10,16	12,85	1,91	1,20	0,55	2,01	6,97	8,57
Central	1,20	1,68	1,43	9,25	23,29	20,77	26,13	8,07	4,44	6,97	9,31	15,67	22,64
Barretos	2,65	0,82	3,06	8,88	17,74	13,72	17,54	5,09	1,65	2,70	5,13	10,80	4,58
Franca	1,13	0,86	1,29	12,55	15,34	9,68	13,28	2,99	4,10	9,44	11,21	17,37	15,27
São Paulo	2,46	1,73	3,23	15,79	23,92	21,13	25,60	10,09	8,93	11,53	19,13	19,76	21,14
Total	1,06	1,05	1,64	7,19	15,06	12,56	15,86	4,05	3,24	3,45	5,74	10,96	9,62

	Governador						
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Registro	2,89	3,87	5,87	11,53	18,71	24,72	35,20
Santos	7,42	8,80	9,59	18,77	26,56	34,73	35,06
S. J. Campos	6,05	6,26	6,48	15,38	23,06	23,36	27,93
Sorocaba	2,81	3,96	5,64	11,98	23,99	22,79	31,72
Campinas	6,03	5,50	7,16	17,11	29,67	23,43	29,33
R. Preto	4,17	5,28	6,54	19,55	30,88	26,23	32,75
Bauru	2,89	4,04	6,02	15,19	27,45	23,14	31,50
S.J.R. Preto	2,13	2,42	3,90	10,79	25,38	23,83	35,47
Araçatuba	2,09	2,86	5,34	12,56	24,55	26,53	38,07
P. Prudente	1,99	2,77	4,57	9,93	24,88	28,87	39,46
Marília	2,23	2,98	4,36	11,95	23,60	24,10	32,62
Central	4,28	5,78	7,64	20,33	36,24	28,84	34,36
Barretos	3,27	3,67	5,31	15,20	27,59	25,60	33,90
Franca	3,11	3,22	5,93	14,80	28,19	20,43	33,10
São Paulo	10,17	9,75	11,30	21,70	30,35	34,52	38,99
Total	3,92	4,40	6,00	14,29	26,54	25,23	33,65

O PTB.

Assim como para o PP, os dados agregados por região não permitem identificar fortes bases regionais para o partido. As variações do voto entre as eleições são intensas, de forma que bons resultados regionais obtidos pelo partido em um determinado período não se consolidam na

direção de constituir uma tendência estável positiva. Como exemplo, é o caso da região de Ribeirão Preto, na qual o partido obteve bons resultados para Deputado Estadual nas eleições para entre 1994-1998, simultaneamente a um de seus piores resultados regionais nas eleições para prefeitura em 1996; tal tendência se inverte em seguida, e o partido obteve resultados acima do limiar estabelecido nas eleições para prefeito em 2000-2004, enquanto obteve apenas 4,33% dos votos para Deputado Estadual em 2002. Também é possível observar que os melhores resultados do partido estão concentrados nas regiões mais distantes da capital, como Araçatuba, P. Prudente e Ribeirão Preto, enquanto em regiões como Santos, São Paulo e Campinas, estruturalmente distintas, apesar de alguns bons resultados no tempo, apresentam a maioria dos resultados abaixo do parâmetro de 1DP acima da média. É preciso lembrar que o partido nunca teve bases fortemente constituídas no estado, mesmo no período em que a sigla vigia entre 1945 e 1964. A única eleição em que lançou candidato ao governo foi em 1986 com Antonio Ermirio de Moraes, quando obteve quase 24% dos votos, e a única vitória eleitoral de impacto em todo o período foi a eleição de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo em 1985.

Tabela 18. Média de votos – PTB

	Dep. Estadual							Prefeito						Governador	
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008	1986	2002
Registro	1,73	1,51	1,17	4,64	3,40	3,85	2,52	8,86	0,45	8,44	11,76	14,39	10,12	14,22	3,17
Santos	2,62	1,13	1,76	6,72	7,91	4,82	2,91	9,76	1,60	14,33	13,65	9,22	0,54	22,96	2,45
S. J. Campos	2,15	1,60	3,12	5,56	9,64	6,04	2,78	11,19	3,06	11,65	10,84	8,12	7,32	16,46	1,07
Sorocaba	6,02	5,80	4,26	5,28	5,27	6,39	3,89	15,45	6,30	8,48	13,26	10,70	6,32	16,78	0,72
Campinas	5,30	5,02	4,43	5,15	6,41	4,56	4,91	8,90	7,25	7,41	8,87	6,92	5,57	17,11	0,95
R. Preto	4,23	2,99	14,28	15,25	4,33	3,19	2,70	22,19	3,87	5,25	13,76	17,85	10,96	12,53	1,04
Bauru	4,81	7,45	2,54	4,89	4,28	6,40	4,20	14,95	5,14	5,89	9,62	13,13	4,46	12,96	0,91
S.J.R. Preto	2,45	5,72	7,86	7,20	6,49	6,53	5,47	8,86	4,55	4,42	9,81	11,04	11,58	9,15	1,16
Araçatuba	4,55	1,82	3,04	25,15	21,60	4,86	23,94	5,85	5,69	3,27	7,22	10,85	14,26	10,61	1,35
P. Prudente	2,79	1,13	0,70	4,65	10,60	6,02	4,98	13,93	5,61	4,64	16,04	14,08	13,64	10,87	0,75
Marília	1,87	3,44	6,75	14,63	13,30	5,19	5,22	11,92	5,40	8,49	9,02	8,31	9,71	12,56	0,80
Central	3,39	2,05	5,18	4,90	11,36	5,78	4,62	8,84	1,75	5,01	10,24	3,20	9,19	12,15	0,91
Barretos	3,03	6,63	3,31	4,05	6,41	7,97	5,38	13,61	8,07	13,32	10,78	11,63	12,84	13,83	1,05
Franca	10,97	1,24	7,39	3,86	2,58	2,16	1,08	17,18	6,22	2,60	4,99	10,08	12,83	12,97	0,67
São Paulo	3,67	2,92	4,17	5,56	5,44	4,68	5,36	13,59	8,23	9,42	11,23	8,30	6,22	19,04	0,85
Total	4,04	3,94	4,85	7,86	8,13	5,47	5,72	11,92	5,45	6,91	10,64	10,21	9,06	13,85	1,02

O PMDB e a trajetória declinante.

O realinhamento eleitoral produzido a partir de 1974, marcado pelo fortalecimento da oposição ao regime (LAMOUNIER, 1980) teve em São Paulo um de seus principais vetores de

desenvolvimento, criando as condições para que o PMDB predominasse sobre a política paulista durante toda a década de 1980. No período inicial da redemocratização o partido elegeu todos os governadores e senadores do Estado, além das maiores bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. O auge desse processo de predomínio foram as eleições de 1986 quando, impulsionado pelo sucesso do Plano Cruzado e pela retomada da democracia, o PMDB conquistou sua maior vitória eleitoral em todo o país (SADEK, 1986; MELHEM, 1998). Contudo, a partir de 1990, o desempenho eleitoral do partido inicia uma trajetória declinante, terminando o período abordado com 1 Deputado Federal e 4 Deputados Estaduais eleitos em 2010. O declínio eleitoral do partido pode ser percebido pelos dados da Tabela 19.

Eleição	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Senador	2	0	0	0	0	0	0
Dep. Fed.	28	12	14	5	4	3	1
Dep. Est.	37	19	23	8	4	4	4
Eleição							
	1988	1992	1996	2000	2004	2008	
Prefeito	199	282	109	111	89	76	
Vereador	2746	2737	1757	1221	738	699	

Fonte: TSE; Fundação Seade

Além do declínio, os dados sobre a votação do partido no período também apontam a crescente concentração da votação nos menores municípios do interior paulista. O fenômeno da “interiorização” do partido, já observado desde 1986 por Sadek (1986), consistia no seu enfraquecimento nos maiores municípios do estado e no aumento da participação dos menores municípios na composição do total de votos obtidos. Tal tendência de desenvolvimento eleitoral contrariava os padrões de votação na década de 1970 encontrados por Lamounier (1980), nos quais se destacava a grande vinculação entre o eleitorado de periferia nas grandes cidades com o MDB. A Tabela 20 evidencia a manutenção desse processo no período 1994-2010, e aponta para a importância do alinhamento das preferências ocorrido nos anos 90 no estado.

Governador							
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	
<20.000 habitantes	48,68	33,45	19,21	9,07	1,84	4,97	
entre 20.001 e 100.000	46,62	29,97	12,98	7,93	1,71	4,34	
>100.000 habitantes	39,87	23,25	8,48	4,04	1,39	4,46	
Total	46,95	31,13	16,24	8,19	1,76	4,75	

Dep. Estadual							
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
<20.000 habitantes	24,45	11,64	16,16	12,28	4,92	4,68	6,70
entre 20.001 e 100.000	23,07	7,93	12,63	11,59	6,46	5,00	7,27
>100.000 habitantes	18,91	9,41	13,52	9,29	3,99	5,22	5,58
Total	23,34	10,28	14,89	11,75	5,21	4,83	6,72
Prefeito							
	1988	1992	1996	2000	2004	2008	
<20.000 habitantes	33,49	37,27	19,03	19,26	14,50	13,93	
entre 20.001 e 100.000	31,20	30,26	17,88	17,81	12,20	10,15	
>100.000 habitantes	21,29	23,85	12,47	9,83	9,73	12,16	
Total	31,25	33,76	17,97	17,78	13,34	12,74	

Fonte: TSE; SEADE

Os dados mostram que o declínio eleitoral do PMDB no período é intenso em todos os cargos, em todas as faixas de municípios. Sob o enfoque contextual, entre 1986 e 2004, o partido obtém resultados sistematicamente melhores nos municípios com menos de 20.000 habitantes que nas duas outras faixas, e é apenas a partir da eleição de 2006 que essa diferença entre faixas de municípios se dissipa, conformando resultados significativamente mais homogêneos.

Além disso, os dados sugerem que sua trajetória eleitoral resulta em uma grande perda de bases regionais. Exceto nas regiões de Barretos e Franca, nas quais algumas das principais lideranças do partido têm seus principais redutos, os bons resultados do PMDB no conjunto das regiões do Estado tendem a desaparecer. Em regiões como São José dos Campos, Registro e Araçatuba, o partido obtém uma diminuição expressiva de sua média de votos tanto para Deputado Estadual quanto para Prefeito. Nas eleições para o governo do Estado, a tendência declinante é semelhante, ainda que menos intensa – e até mesmo parcialmente revertida em 2006 – quando Orestes Quércia, principal liderança do partido se candidata. Especificamente na região de Franca, o que vale a pena ser notado é a força eleitoral de Quércia: sempre que foi candidato ao Governo Estadual (1986, 1998, 2006) ou ao Senado (2002), as médias de votações do partido na RA de Franca foram significativamente superiores aos resultados médios do partido no Estado.

Finalmente, outro elemento a destacar é a concentração das melhores médias de votação do partido nas regiões mais distantes da Capital, enquanto nas regiões mais populosas, São Paulo, Santos e Campinas, o partido apenas tem uma média regional 1DP acima da média estadual (especificamente em Santos em 2008). Esses desempenhos regionais confirmam a tendência constante de interiorização do PMDB e o afastamento de suas bases eleitorais das regiões mais próximas da capital do Estado. Assim como o DEM, o PMDB se tornou ao longo do período um

partido de “vocação local”, um fenômeno caracterizado pela maior resistência das médias de votos para prefeito frente à tendência geral de declínio eleitoral, notadamente observada nas votações para os candidatos a governador, e que culmina com o não lançamento de candidatura ao governo nas eleições de 2010.

São variadas as hipóteses que podem explicar o amplo declínio eleitoral do PMDB no período. É evidente que os padrões de votação obtidos pelo partido na primeira metade da década de 80 dificilmente permaneceriam estáveis quando da reorganização do sistema partidário brasileiro a partir de 1985. A ampliação do número de partidos não apenas aumentava a competitividade do sistema eleitoral no qual o partido estava inserido como o enfraquecia, pois esteve fundada em um amplo processo de acomodação das elites dos partidos pré-existentes em um grande conjunto de novas agremiações. É exemplar desse processo o surgimento do PSDB, fruto de uma dissidência de importantes grupos políticos até então filiados ao PMDB, que posteriormente substituiria o PMDB como principal partido do Estado⁵.

Tabela 21. Média de votos – PMDB

	Dep. Estadual							Prefeito					
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Registro	14,49	7,16	13,20	20,81	10,68	3,28	3,85	27,17	32,63	14,91	17,09	18,35	4,87
Santos	12,52	4,78	11,95	13,87	4,07	7,41	8,92	29,22	15,03	21,93	10,41	3,17	23,19
S. J. Campos	26,33	6,46	8,85	6,16	2,40	2,79	3,80	28,59	29,86	14,54	8,64	11,41	8,90
Sorocaba	20,49	9,98	16,24	11,15	5,24	3,17	4,11	29,18	34,19	20,58	18,26	11,28	10,58
Campinas	21,94	7,79	11,88	10,82	6,85	4,55	4,74	32,19	30,10	21,71	20,45	14,07	13,60
R. Preto	25,74	4,63	8,02	9,67	11,51	8,42	19,30	29,96	29,91	17,37	7,65	5,80	11,26
Bauru	24,41	12,78	18,48	17,55	6,05	1,45	2,38	34,13	35,76	19,24	16,81	15,54	13,44
S.J.R. Preto	28,79	12,27	12,46	12,29	3,03	2,72	10,82	31,94	37,88	16,13	21,70	15,60	14,70
Araçatuba	19,60	7,86	10,81	3,63	2,33	3,36	4,96	34,54	33,43	18,04	13,64	11,23	11,09
P. Prudente	24,21	12,38	19,50	7,34	4,99	9,74	4,35	30,49	38,42	13,75	17,19	11,71	13,22
Marília	25,42	13,64	16,86	10,55	4,79	2,65	1,25	37,19	37,09	22,36	24,88	16,47	13,76
Central	26,41	15,91	27,96	33,18	8,07	5,33	9,85	30,19	33,25	26,98	19,98	13,04	15,56
Barretos	32,29	16,08	32,14	21,94	3,66	17,92	25,55	32,37	43,01	13,38	19,92	21,51	21,81
Franca	27,03	11,87	10,31	11,60	9,77	11,29	10,09	40,01	39,68	22,01	28,93	20,30	13,81
São Paulo	10,78	7,10	14,74	8,54	3,23	4,37	5,30	18,94	23,06	5,05	6,60	7,98	7,68
Total	23,34	10,28	14,89	11,75	5,21	4,83	6,72	31,25	33,76	17,97	17,78	13,34	12,74

⁵ Bizarro Neto aprofunda em sua dissertação de mestrado em andamento o estudo de um conjunto de variáveis organizativas internas ao PMDB que podem colaborar na compreensão de sua trajetória eleitoral no estado. Dentre estas, destacam-se o predomínio de Quércia sobre a organização, as relações entre os diferentes grupos inseridos em seu interior, e as relações entre a elite estadual e as elites locais e nacional partidárias como variáveis que definem sua atuação no sistema eleitoral, limitando sua estratégia de alianças e restringindo sua capacidade de responder aos desafios impostos pelo multipartidarismo a partir de 1985.

	Governador					
	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Registro	41,27	23,21	14,65	4,28	1,49	2,97
Santos	33,55	18,39	8,14	3,05	1,22	3,96
S. J. Campos	37,51	22,37	10,82	5,14	1,21	3,48
Sorocaba	43,16	31,69	15,06	7,20	1,73	4,03
Campinas	42,58	29,19	16,61	8,14	1,94	4,15
R. Preto	49,90	32,07	13,44	7,65	1,75	3,63
Bauru	51,82	33,74	18,20	7,93	1,86	3,56
S.J.R. Preto	51,37	37,41	20,19	10,19	1,63	6,24
Araçatuba	50,27	30,57	19,43	6,59	1,57	3,26
P. Prudente	53,48	30,26	15,68	3,81	1,59	2,79
Marília	52,10	30,24	16,95	6,34	2,10	3,39
Central	50,26	34,54	15,75	12,26	1,88	5,11
Barretos	51,63	36,84	20,83	12,16	2,39	6,56
Franca	54,94	44,03	20,08	29,87	2,85	18,05
São Paulo	33,94	21,33	8,13	4,31	1,30	4,98
Total	46,95	31,13	16,24	8,19	1,76	4,75

Algumas conclusões

Um de nossos objetivos nesse trabalho foi analisar a hipótese da validade do enfoque contextual para entender a trajetória das votações no estado de São Paulo no período democrático recente. O senso imediato, em geral, afirma que os avanços da sociedade contemporânea, os efeitos das transformações culturais e o impacto dos múltiplos agentes de comunicação e socialização, enfim, as mudanças da política, são responsáveis pela superação dessa hipótese.

Nossos dados, contudo, sugerem que a política paulista tem territórios e que o enfoque contextual possui poder explicativo na compreensão da dinâmica eleitoral no Estado. A permanência dos espaços onde o oposicionismo e o governismo fundaram suas bases desde o início do período analisado é ponto de destaque, assim como é a identificação de bases territoriais de votação de partidos à esquerda e à direita do espectro partidário no estado, corroborando a ideia de que nos agregados urbanos, com suas distinções internas, é possível identificar limites geográficos e características socioeconômicas que beneficiam a presença de tendências políticas específicas. Nossos dados precisam ser aprofundados, mas as indicações são de que estamos no caminho correto. Uma análise ainda a fazer é identificar em que medidas contextos específicos beneficiam o surgimento de políticos e a formação e proliferação das votações de âmbito local para os pequenos partidos. Afinal, todas as legendas registradas recebem votações locais em todas as eleições do período.

.....

Nosso trabalho também procurou compreender a trajetória e a distribuição espacial da competição estadual no período, demonstrando as bases de consolidação da hegemonia pessedebista, a localização das bases dos principais partidos e o curso de declínio do PMDB no estado. Mesmo com a alta fragmentação partidária no nível legislativo, é possível identificar votações partidárias espacialmente localizadas que se consolidam no período, para todos os partidos analisados, mas especialmente para o PMDB, que sustenta de forma significativa no tempo votações para a AL, apesar do agudo declínio do desempenho nos cargos majoritários. Também é necessário aprofundarmos o estudo do voto de nível local e compreender os impactos que a migração das elites partidárias no período 1998-2010 tem sobre a consolidação das bases partidárias. De toda forma, parece importante apontar que, em boa medida, a espacialização do voto e das preferências ocorre no estado, mesmo sob o sistema eleitoral que hoje vige.

.....

Referências Bibliográficas

AVELAR, L., WALTER, Maria Inez M. T. 2008. “Lentas mudanças: o voto e a política tradicional”. *Opin. Pública*, vol.14, n.1

D’AMICO, RENATO. 1975, Catania. Le elezioni de 1972 in un città nel dopoguerra”in SPREAFICO e CACIAGLI, Un Sistema politico alla prova. Il Mulino.

FARIA, V. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma análise das variações inter-regionais. 1978, In: LAMOUNIER, B, CARDOSO, F. H. (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra

GONÇALVES, André R. 1998, “Estudo da Organização Partidária Local em São Paulo: Caracterização das Bases sociais partidárias”. Trabalho apresentado na disciplina ME-872 – Estatística Aplicada, sob orientação da Profa. Dra. Regina Moran, no IMECC / UNICAMP, (mimeog).

KERBAUY, M. T. , 2000, *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: FCL / UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.

JOHNSTON, R. J., PATTIE, C. J. 2007, *Putting Voters in their Place: Geography and Elections in Great Britain* Oxford: Oxford University Press.

LAMOUNIER, B., 1978, Comportamento Eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, B, CARDOSO, F.H. (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra.

_____. O Voto em São Paulo, 1970-1978. , 1980 In: _____ (org.). Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979. São Paulo: Vozes, CEBRAP.

LIMA Jr, O. B., 1993. Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80, Edições Loyola.

LIMONGI, F., CORTEZ, R.. 2010, “As Eleições de 2010 e o quadro partidário”. Novos Estudos, São Paulo, n.88, Novembro pp.20-37.

LIPSET, S. M., 2001. “Cleavages, Parties and Democracy”, In: Karvonen, L., Kuhnle, S. (orgs.) Party Systems and Voter Alignments Revisited. Londres: Routledge.

LIPSET, S. and ROKKAN,S (eds). 1967, Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives, The Free Press.

MAIR, P.. 2001. “The Freezing Hypothesis: An Evaluation.” In: Karvonen, L., Kuhnle, S. (orgs.) Party Systems and Voter Alignments Revisited. Londres: Routledge.

MELO, C. R. 2006, Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: Soares, G. A. D., Rennó, L. Reforma Política: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV

MENEGUELLO, R. , 1989, PT: A Formação de um Partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 2010, Sistema político, dinâmica partidária e a lógica de coalizões In: IPEA: Estado, Instituições e Democracia. Brasília:. Vol.2.

_____. 2011. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño.

Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones , in Sáez y Tagina (eds), América Latina: política y elecciones del bicentenario(2009-2010), Cuadernos y Debates, n.209, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid.

MENEGUELLO, R e ALVES, R.M., 1986, “Tendências eleitorais em Sao Paulo (1974-1985)”, in Lamounier, B.(org). 1985: O Voto em Sao Paulo, in História Eleitoral, 1, IDESP.

PARISI e PASQUINO (ORG), 1977. Continuitá e mutamento elettorale in Italia, Il Mulino.

REIS, W, CASTRO, Mônica M. M. , 1992 “Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro”, Lua Nova, nº26.

RENNÓ e CABELLO, A. 2010. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?, RBCS, vol25, n.74

SADEK, M. T. , 1989 A interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: _____.(org.). Eleições 1986 – História Eleitoral do Brasil. São Paulo: IDESP / Vértice.

TAYLOR, P.J. and JOHNSTON, R.J., 1979, The Geography of Elections, Penguin Books

Anexos

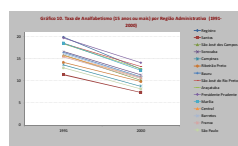
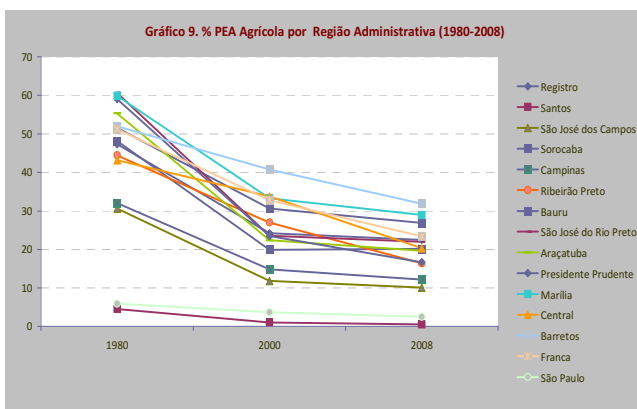
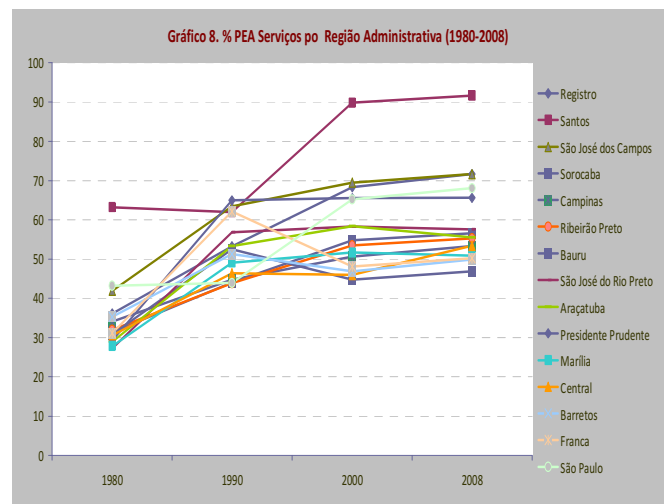
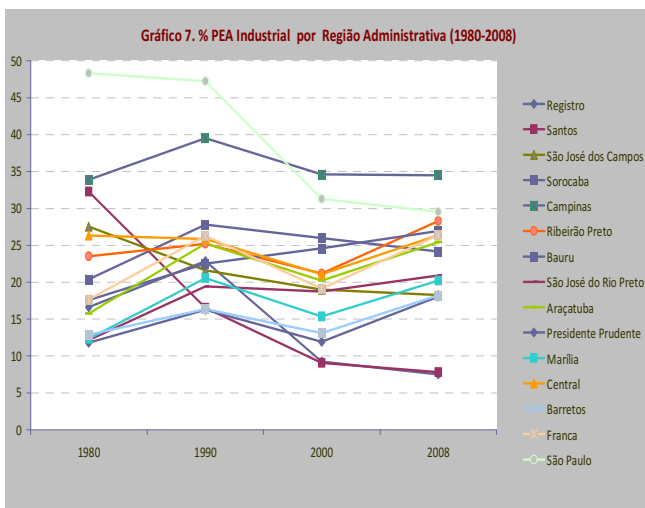
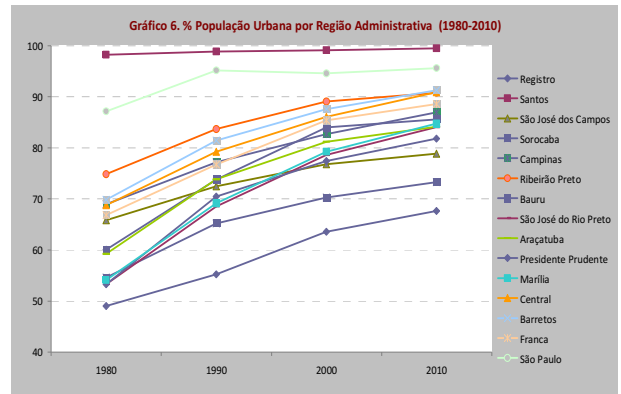
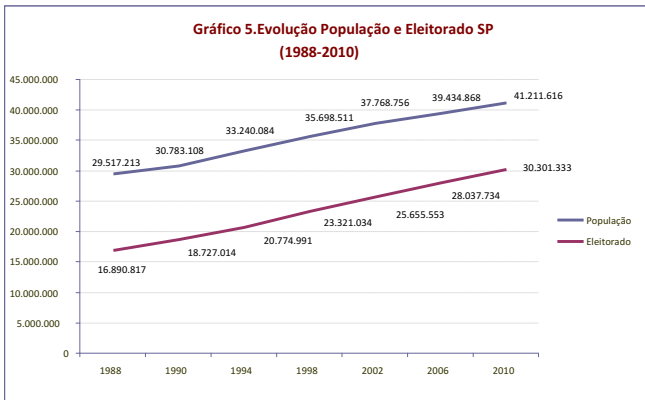


Tabela 7. Correlações r de Pearson entre votações do PT para as eleições para prefeito e governador, 1988-2010

	.1988_t _Pref_PT	.1990_t _Gov_PT	.1992_t _Pref_PT	.1994_t _Gov_PT	.1996_t _Pref_PT	.1998_t _Gov_PT	.2000_t _Pref_PT	.2002_t _Gov_PT	.2004_t _Pref_PT	.2006_t _Gov_PT	.2008_t _Pref_PT	.2010_t _Gov_PT
.1986_t _Gov_PT	,558	,900	,516	,845	,467	,764	,460	,565	,295	,380	,282	,057
.1988_t _Pref_PT		,605	,512	,602	,369	,492	,357	,414	,185	,281	,181	,111
.1990_t _Gov_PT			,601	,919	,495	,820	,510	,631	,326	,425	,316	,099
.1992_t _Pref_PT				,613	,457	,476	,381	,372	,251	,240	,236	,074
.1994_t _Gov_PT					,531	,830	,520	,676	,324	,476	,317	,198
.1996_t _Pref_PT						,447	,644	,355	,352	,208	,311	,077
.1998_t _Gov_PT							,471	,761	,309	,427	,287	,131
.2000_t _Pref_PT								,377	,520	,207	,351	,076
.2002_t _Gov_PT									,314	,552	,283	,320
.2004_t _Pref_PT										,258	,612	,137
.2006_t _Gov_PT											,315	,784
.2008_t _Pref_PT												,220

Tabela 8. Correlações r de Pearson entre votações do PDS / PPR / PPB / PP para as eleições para prefeito e governador, 1988-2010

	.1988_t _Pref_PDS	.1990_t _Gov_PDS	.1992_t _Pref_PDS	.1994_t _Gov_PP	.1996_t _Pref_PPB	.1998_t _Gov_PP	.2000_t _Pref_PP	.2002_t _Gov_PP	.2004_t _Pref_PP	.2008_t _Pref_PP	.2010_t _Gov_PP
.1986_t_Gov_PDS	,201	,574	,216	-,212	,132	,479	,087	,361	,062	,065	-,234
.1988_t_Pref_PDS		,185	,257	-,032	,275	,189	,198	,112	,135	,204	-,079
.1990_t_Gov_PDS			,162	-,109	,110	,617	,031	,319	-,004	,022	-,105
.1992_t_Pref_PDS				-,048	,209	,071	,192	,057	,065	,098	-,055
.1994_t_Gov_PP					,019	-,129	-,063	-,024	-,078	-,071	,502
.1996_t_Pref_PP						,095	,252	,055	,084	,138	,025
.1998_t_Gov_PP							,120	,599	,063	,053	-,103
.2000_t_Pref_PP								,120	,322	,240	-,004
.2002_t_Gov_PP									,100	,058	,072
.2004_t_Pref_PP										,526	-,003
.2008_t_Pref_PP											,012

Tabela 9. Correlações r de Pearson entre votações do PMDB para as eleições para prefeito e governador, 1988-2010

	.1988_1 t_Pref_ PMDB	.1990_1 t_Gov_ PMDB	.1992_1 t_Pref_ PMDB	.1994_1 t_Gov_ PMDB	.1996_1 t_Pref_ PMDB	.1998_1 t_Gov_ PMDB	.2000_ 1t_Pref_ PMDB	.2002_1 t_Gov_ PMDB	.2004_ 1t_Pref_ PMDB	.2006_ 1t_Gov_ PMDB	.2008_ 1t_Pref_ PMDB
.1986_1t_Gov_PMDB	,311	,501	,259	,208	,098	,292	,178	,264	,044	,149	,074
.1988_1t_Pref_PMDB		,368	,378	,201	,201	,200	,143	,202	,042	,131	,076
.1990_1t_Gov_PMDB			,320	,429	,205	,552	,240	,336	,099	,437	,109
.1992_1t_Pref_PMDB				,312	,212	,198	,229	,140	,085	,157	,034
.1994_1t_Gov_PMDB					,157	,275	,163	,151	,084	,162	,154
.1996_1t_Pref_PMDB						,224	,447	,196	,248	,122	,132
.1998_1t_Gov_PMDB							,254	,500	,133	,805	,097
.2000_1t_Pref_PMDB								,264	,339	,163	,209
.2002_1t_Gov_PMDB									,184	,434	,121
.2004_1t_Pref_PMDB										,136	,474
.2006_1t_Gov_PMDB											,101

Tabela 10. Correlações r de Pearson entre votações do PSDB para as eleições para prefeito e governador, 1988-2010

	.1990_1t_ Gov_PSD B	.1992_1t_ Pref_PSD B	.1994_1t_ Gov_PSD B	.1996_1t_ Pref_PSD B	.1998_1t_ Gov_PSD B	.2000_1t_ Pref_PSD B	.2002_1t_ Gov_PSD B	.2004_1t_ Pref_PSD B	.2006_1t_ Gov_PSD B	.2008_1t_ Pref_PSD B	.2010_1t_ Gov_PSD B
.1988_1t_ Pref_PSD B	,331	,159	,079	,029	,050	-,020	-,050	,066	-,059	,009	-,056
.1990_1t_ Gov_PSD B		,227	,334	-,104	,058	-,009	-,050	,024	-,141	,003	-,139
.1992_1t_ Pref_PSD B			,251	,108	,046	,113	-,033	,031	-,005	,006	-,032
.1994_1t_ Gov_PSD B				,012	,209	,107	,137	,017	,256	-,012	,182
.1996_1t_ Pref_PSD B					,260	,326	,034	,085	,031	,089	,001
.1998_1t_ Gov_PSD B						,302	,535	,114	,284	,129	,198
.2000_1t_ Pref_PSD B							,181	,358	,011	,178	-,003
.2002_1t_ Gov_PSD B								,147	,512	,106	,497
.2004_1t_ Pref_PSD B									-,011	,360	-,006
.2006_1t_ Gov_PSD B										,051	,800
.2008_1t_ Pref_PSD B											,034

Tabela 11. Correlações r de Pearson entre votações do PT para as eleições para prefeito e governador, 19888-2010

	.1992_1t_Pref_PFL	.1996_1t_Pref_PFL	.2000_1t_Pref_DEM	.2004_1t_Pref_DEM	.2008_1t_Pref_DEM
.1988_1t_Pref_PFL	,262	,078	,114	,087	,047
.1992_1t_Pref_PFL		,113	,132	,126	,166
.1996_1t_Pref_PFL			,323	,130	,085
.2000_1t_Pref_DEM				,396	,153
.2004_1t_Pref_DEM					,429

Tabela 12. Correlações r de Pearson entre votações do PT para as eleições para prefeito e governador, 19888-2010

	.1988_1t_Pref_PT	.1992_1t_Pref_PT	.1996_1t_Pref_PT	.2000_1t_Pref_PT	.2002_1t_Gov_PT	.2004_1t_Pref_PT	.2008_1t_Pref_PT
.1986_1t_Gov_PT	,084	,058	,073	-,020	,142	-,053	-,067
.1988_1t_Pref_PT		,247	,207	,117	-,035	,114	,098
.1992_1t_Pref_PT			,282	,096	-,049	-,002	,021
.1996_1t_Pref_PT				,253	,063	,097	,076
.2000_1t_Pref_PT					,048	,325	,160
.2002_1t_Gov_PT						,087	,033
.2004_1t_Pref_PT							,481

Gráfico 11 - Número de candidatos em 86-88 pelos principais partidos

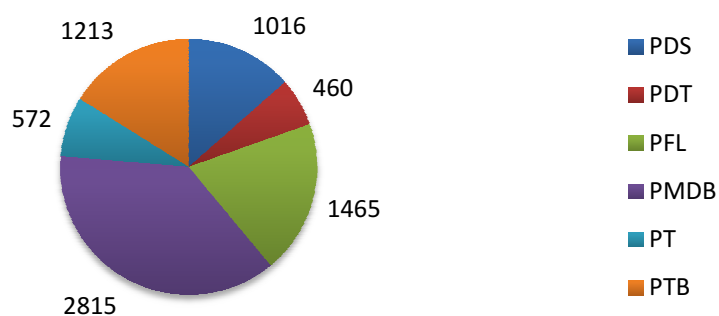


Gráfico 12 - Número de candidatos dos principais partidos em 86-88 (Gráfico 1) que se recandidataram em 88-96 e por quais partidos o fizeram

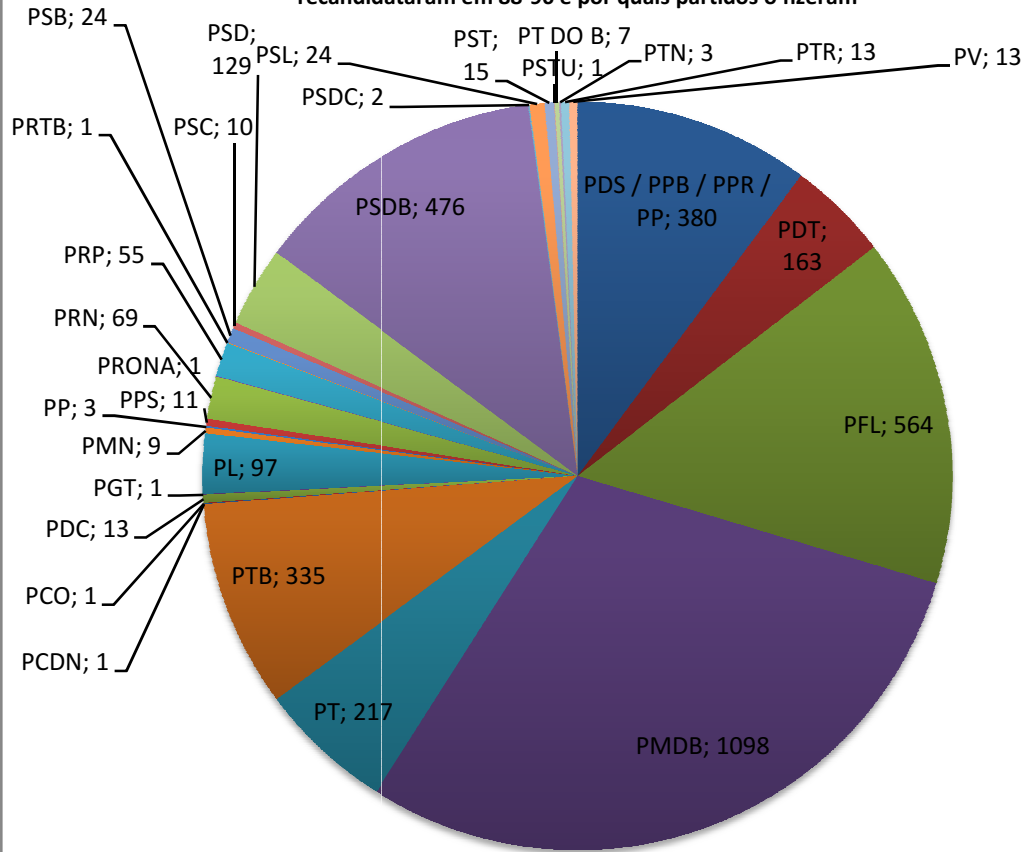


Tabela – Média de votos por município por Região Administrativa para Governador (1986-2010) %

Ano	Partido	Registro	Santos	S.J.dos Campos	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S. J. R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Central	Barretos	Franca	São Paulo	Total
1986	PDS	21,5	19,9	23,8	23,1	19,7	18,5	18,1	24,6	23,3	20,5	19,5	18,7	18,6	15,5	19,7	21
1986	PMDB	41,3	33,6	37,5	43,2	42,6	49,9	51,8	51,4	50,3	53,5	52,1	50,3	51,6	54,9	33,9	46,9
1986	PT	2,9	7,4	6,1	2,8	6	4,2	2,9	2,1	2,1	2	2,2	4,3	3,3	3,1	10,2	3,9
1986	PTB	14,2	23	16,5	16,8	17,1	12,5	13	9,1	10,6	10,9	12,6	12,1	13,8	13	19	13,9
1990	PDS	43,5	39,3	36,9	36,6	33,6	30,6	32	33,6	37	37,3	34,8	28,7	29,9	26,1	34,6	34,3
1990	PMDB	23,2	18,4	22,4	31,7	29,2	32,1	33,7	37,4	30,6	30,3	30,2	34,5	36,8	44	21,3	31,1
1990	PSDB	5,4	10,7	9,4	5,8	6,3	5,1	5,6	3,7	4,4	4,7	5,8	4,9	4,4	3,8	10,2	5,8
1990	PT	3,9	8,8	6,3	4	5,5	5,3	4	2,4	2,9	2,8	3	5,8	3,7	3,2	9,8	4,4
1994	PDT	11,7	15,9	11,2	13,2	11,2	9,6	11,3	8,6	9,2	10,7	13,2	9,1	8,4	9,6	23,6	11,6
1994	PMDB	14,7	8,1	10,8	15,1	16,6	13,4	18,2	20,2	19,4	15,7	16,9	15,7	20,8	20,1	8,1	16,2
1994	PP	1,2	2	1,4	1,2	1,5	1,7	1,2	1	1,1	0,9	1	1,3	1,2	1,4	1,9	1,3
1994	PSDB	34,7	39,1	38,7	33,4	31,6	33,2	30,4	31,6	31,2	34,9	32	29,5	29,9	29,8	27	32,2
1994	PT	5,9	9,6	6,5	5,6	7,2	6,5	6	3,9	5,3	4,6	4,4	7,6	5,3	5,9	11,3	6
1998	PP	47,9	42,7	38,3	37	34,2	36,7	32,2	36,5	39	39	36,4	31,4	38,6	26,5	31,6	36
1998	PDT	11,9	11,8	13,5	17	15,8	12,9	16,8	13,7	15	14,8	17,4	13,3	15	10,1	24,1	15,5
1998	PT	11,5	18,8	15,4	12	17,1	19,5	15,2	10,8	12,6	9,9	12	20,3	15,2	14,8	21,7	14,3
1998	PMDB	4,3	3,1	5,1	7,2	8,1	7,6	7,9	10,2	6,6	3,8	6,3	12,3	12,2	29,9	4,3	8,2
1998	PSDB	22,8	22,6	26,1	25,3	23,4	21,6	26,3	27,3	25,3	31	26,4	21,2	17,6	17,4	17,2	24,6
2002	PP	24	27,2	17,8	24,9	21,1	22,8	19,6	21,9	22,3	23	20,9	20,8	24,1	21,5	21,5	21,9
2002	PT	18,7	26,6	23,1	24	29,7	30,9	27,5	25,4	24,5	24,9	23,6	36,2	27,6	28,2	30,4	26,5
2002	PTB	3,2	2,5	1,1	0,7	1	1	0,9	1,2	1,4	0,8	0,8	0,9	1,1	0,7	0,8	1
2002	PMDB	1,5	1,2	1,2	1,7	1,9	1,8	1,9	1,6	1,6	1,6	2,1	1,9	2,4	2,8	1,3	1,8
2002	PGT	2,4	3,3	2,3	1,8	2,9	2,5	2,6	1,5	2,3	1,8	2,3	2,5	2,6	1,9	4,8	2,4
2002	PSB	1,6	1,5	1,2	1	1,2	0,8	1,2	0,7	0,8	0,9	1,2	1	0,8	0,9	1,4	1
2002	PSDB	48,2	37	52,6	45,2	41,6	39,4	45,7	47,2	46,6	46,6	48,6	36	40,9	43,4	38,8	44,7

Tabela – Média de votos por município por Região Administrativa (1986-2010) %

Ano	Partido	Registro	Santos	S.J.dos Campos	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S. J. R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Central	Barretos	Franca	São Paulo	Total
2006	PDT	1,4	2,2	1,4	1	1,2	1,2	1,1	0,8	0,9	0,9	1	1,1	0,8	0,8	2,4	1,1
2006	PT	24,7	34,7	23,4	22,8	23,4	26,2	23,1	23,8	26,5	28,9	24,1	28,8	25,6	20,4	34,5	25,2
2006	PMDB	3	4	3,5	4	4,1	3,6	3,6	6,2	3,3	2,8	3,4	5,1	6,6	18,1	5	4,7
2006	PSDB	68,9	55	69,1	70,2	68,6	66,6	70	67,7	67,7	65,8	69,8	62,6	65,3	59,4	54,4	66,8
2006	PSOL	0,9	2,5	1,4	1	1,3	1,2	1,1	0,7	0,7	0,7	0,8	1,3	0,8	0,7	2,2	1,1
2010	PP	3,7	6,9	3,3	3,1	3,7	3,2	3	2,1	2,4	1,8	2	4,6	3,2	2,6	6	3,1
2010	PSB	1,9	4,1	3,5	2,5	3,2	3,3	3,6	1,6	2	2,4	2,4	3,1	2,1	1,9	3,8	2,7
2010	PSDB	56,6	50,3	61,6	59,7	59,7	57,8	58,1	58,8	55	53,6	60,1	54,8	58,2	60,1	47	57,5
2010	PT	35,2	35,1	27,9	31,7	29,3	32,8	31,5	35,5	38,1	39,5	32,6	34,4	33,9	33,1	39	33,7
2010	PV	2,4	3,6	3,6	2,9	4,1	2,9	3,7	2	2,5	2,8	2,7	3,1	2,5	2,3	4,2	3

Legenda

	RA com melhores médias (situação)
	RA com melhores médias (oposição)
	RA com piores médias (situação)
	RA com piores médias (oposição)